



BRASIL AGORA

EXTRA: PRENDER PC NÃO É PRIORIDADE
PARA A POLÍCIA FEDERAL, DIZ RONÃO!



ANO II Nº 48

4 A 17 DE OUTUBRO DE 1993

CR\$ 145,00

A GRANDE PICARETAGEM

PÁGINAS 7 A 11

*Mutretas no
atacado e
no varejo,
na economia e*

*na política são
uma instituição
nacional. A
principal delas
é a revisão
constitucional.*

SABOTAGEM EM ITAIPU

*Os responsáveis não
apuram nada.*

PÁGINA 5

CONTO DA DOLARIZAÇÃO

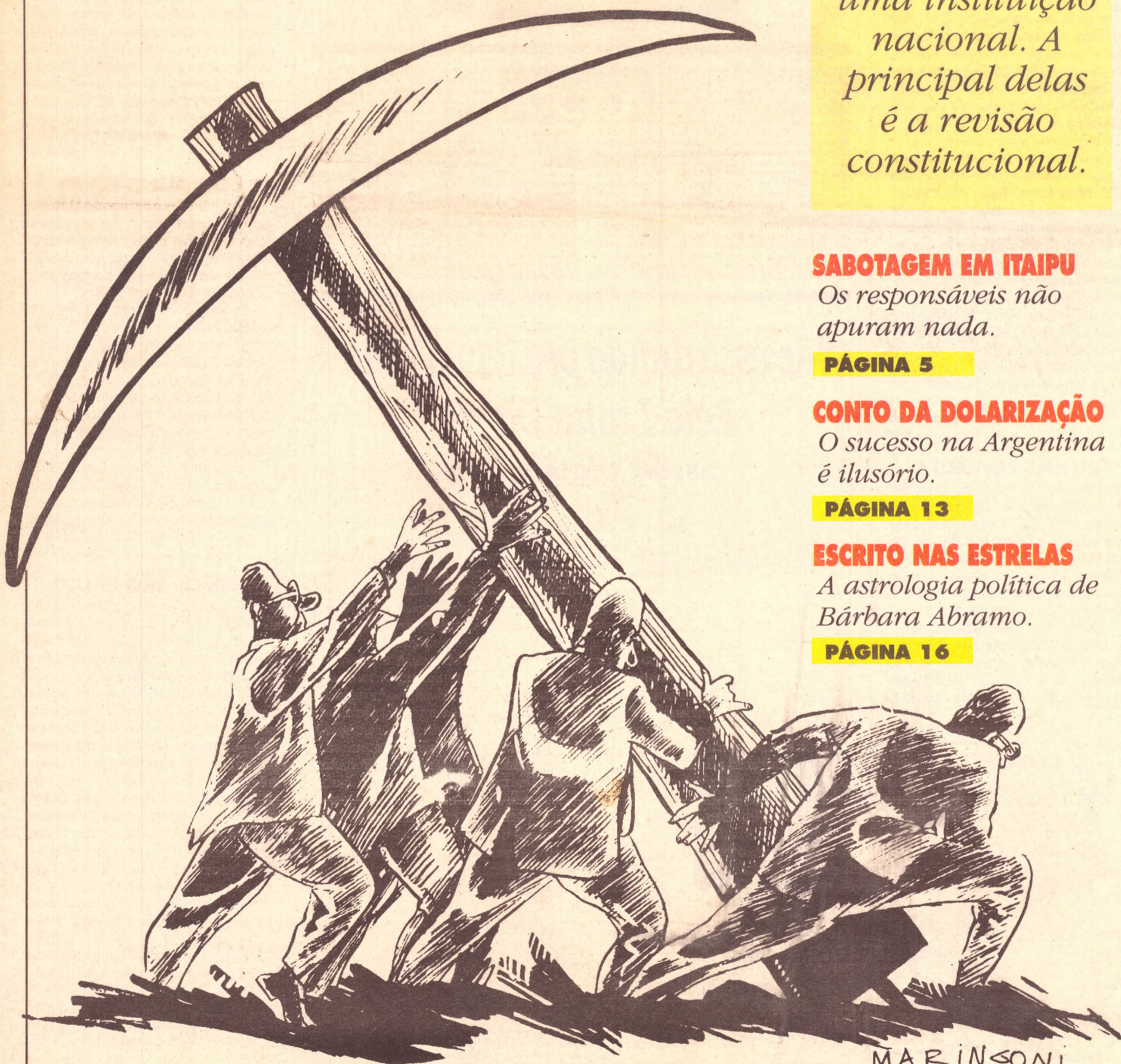
*O sucesso na Argentina
é ilusório.*

PÁGINA 13

ESCRITO NAS ESTRELAS

*A astrologia política de
Bárbara Abramo.*

PÁGINA 16





DIÁLOGO

CENSURA JÁ

Li no **Brasil Agora** nº 43 uma carta que prega a indignação dos petistas contra o deputado Paulo Delgado, em virtude de declarações que deu a este jornal, no dia 22 de junho. Fiquei surpreendido. Não há nada que o companheiro Paulo Delgado diga que não seja a expressão do pensamento da maioria dos petistas, eleitores, simpatizantes e os que querem ver o PT empenhado na busca de soluções para o país, na resolução dos problemas, como a fome, a miséria e o desemprego, que afetam a sociedade e os trabalhadores, com os quais temos compromissos.

É lamentável que o **Brasil Agora** tenha selecionado uma carta tão violenta contra alguém que, além de fundador do PT, é um dos responsáveis pelo seu crescimento. O debate de idéias não pode ceder lugar à intolerância. O autor daquela carta e o **Brasil Agora** se esqueceram disto.

GERALDO LUDOVICO BARROS

Juiz de Fora, MG

EGOÍSMO E VIOLÊNCIA

A escalada da violência está cada dia mais perigosa, trazendo intranquilidade à população e colocando em perigo as instituições democráticas. Existe um consenso sobre as potencialidades produtivas no nosso país. Entretanto não conseguimos matar a fome de significativa parcela da população.

Se sustenta a necessidade de leis mais severas para crimes hediondos. Fala-se até em pena de morte. Porém, não é a severidade das penas que vai coibir a prática do crime. Basta a aplicação da lei, mesmo que ela não seja tão severa.

Além disso, o mau uso dos meios de comunicação não pode deixar de ser mencionado, com destaque para a TV. Mas outro fator para tanta violência - talvez o mais importante - é o egoísmo.

O egoísmo nos conduz ao comodismo. Com razão a sociedade ficou indignada com as três chacinas (Candelária, Yanomami e Vigário Geral). Por outro lado, o nosso egoísmo nos deixa insensíveis perante ao grande número de crianças que morrem com menos de dois anos de idade, vítimas da fome e da falta de assistência médica.

PAULO PRAZERES

Palma, MG

BULHÕES EM PAUTA

Estou assombrado com as agressões cometidas pela família Bulhões contra o povo de Alagoas. Não bastasse a fraude leitoral, o desvio de dinheiro público, a ostentação e o desprezo aos pobres, ainda são praticados crimes revoltantes e injustos contra pessoas indefesas.

Cito os fatos mais massacrantes, que tiveram alguma divulgação, como o atropelamento de um jornalista realizado intencionalmente pelo ex-governador Nilo Coelho, os des-

mandos da primeira-dama de Alagoas e os crimes a mão armada cometidos pelos filhos do governador Bulhões.

Aliado a isto a, imprensa encara estes fatos de forma oportunista. Busca apenas o sensacionalismo. Na maioria das vezes procura nos transmitir que "eles" podem e que não serão julgados pelas mesmas leis que atingem a nós, cidadãos comuns.

Como a maior parte da população, acredito na postura ética e na coerência do PT para apurar as denúncias e gostaria de vê-las divulgadas e melhor esclarecidas no **Brasil Agora**.

RENATO GARCIA

Porto Alegre, RS

FALTA MOVIMENTO

Sou leitor assíduo deste quinzenário desde as primeiras edições. Pude verificar a correta concepção editorial do **Brasil Agora**. Plural, enquanto publicação que possui estrutura (diretor, editor, equipe de redação e etc) vinculada ao PT, mas não desenvolve as edições de forma partidarizada, e sim aberta a outras correntes de opinião do espectro ideológico, sem que com isso deixe de priorizar as informações sob a ótica da esquerda.

Não obstante, tenho verificado a falta de uma sistematização de pauta que complemente as informações sobre os fatos naquilo que se convencionou chamar de Movimentos Populares (moradores, mulheres, negros, estudantes etc). A sua importância na conjuntura dos últimos anos está exemplificada na realização este ano do Congresso de Fundação da Central de Movimentos Populares.

ALMIR DA SILVA LIMA

Macaé, RJ

POR QUE O PSDB?

Sou leitor assíduo do jornal **Brasil Agora** e gostaria de deixar aqui meus cumprimentos. Só não consigo entender por que o PT opta pelo PSDB, partido de centro que representa a situação, o governo atual.

O PT deveria fazer coligações somente com partidos mais identificados com a esquerda nacionalista, como o PCdoB, o PST-U, PSB, PPS, PV, PMN e, principalmente, o PDT. Foi o governador fluminense que sempre lutou contra as privatizações, que foi um dos principais críticos da privatização da CSN.

Atualmente, parece que é o PDT o partido que mais está lutando contra a revisão constitucional, ao lado de outros partidos de esquerda.

DENIS CÉSAR TERUYA

Campinas, SP

MENOS SÃO PAULO

Vi no número 47 do **Brasil Agora** uma carta com que concordei totalmente. Qual é a de vocês: só São Paulo é Brasil? Por que não mudam o nome para **São Paulo Agora**, já que vocês não tratam de assuntos dos outros estados? Aqui no Rio Grande do Sul sinto o mesmo que o leitor baiano, que reclamava de vocês não tratarem em nenhum momento dos desmandos de ACM, o conhecido "Toninho Malvadeza", governador da Bahia. Eu também quero matérias sobre o Rio Grande do Sul, onde Alceu Collares tem feito grandes besteiras. O tchê, não é só Fleury e Maluf que existem fazendo sacanagem no Brasil. Olhem um pouquinho pro resto do país, que tem Gilberto Mestrinho no Amazonas, Brizola e César Maia no Rio, Hélio Garcia em Minas (lá também, pelo que soube - não pelo **Brasil Agora** -, os funcionários públicos estão numa pior, e também fizeram greve) e muitas outras tranqueiras.

LUÍS CARLOS M. VENTURA

Pelotas, RS



DIRETOR: MARKUS SOKOL **EDITOR:** JOSÉ AMÉRICO DIAS **EDITOR DE ARTE:** CACO BISOL **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, MOLIZAR BENEDITO, VALTER POMAR **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER **DIGITAÇÃO:** DENISE ROCHA **COPIDESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** FABIANO CIAMBRA, JOTA E SILVIA ROMERO **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FABIANO CIAMBRA **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALOISIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUERÓZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO AITMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CINTIA CAMPOS, CLAUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, EMIR SÁDER, EUGÊNIO BUCCO, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUES, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HÉLIO SILVA, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCELRUD, JOÃO ANTONIO, JOÃO MACHADO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, LUSCAR, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JACOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, MITON FOGO, NELSON RIOS, NIMÁRIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAPOLI, OHI, PATO,

BRASIL AGORA

PATRICIA CORNUS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTIL, RUI FALCÃO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WILDMAR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO/SP. FONES: 222.4326/220.7718. FAX: (011) 222.2865. **ADMINISTRAÇÃO:** M^{te} AICE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI, ANA MARIA ALVES (ASSINATURAS), GILBERTO GENESTRA (BANCO DE DADOS). **ASSINATURAS:** RIO DE JANEIRO: ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES (021) 242.0793. FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 252.1992. PORTO ALEGRE: TAIRES DA ROSA (051) 221.7733. BELÉM: RUI SANTANA, JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (091) 224.8579. BELO HORIZONTE: ANTONIO BORGES (CEBOLA) (031)-222.3735. FLORIANÓPOLIS: WOLNEY CHUCKE (0482) 23.5907. **EXPEDIÇÃO:** JOÃO A. GUEVARA. **SERVIÇOS GERAIS:** ELISIANDA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1993. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** JOSÉ AMÉRICO DIAS

Não está dando pra ler a Folha?
Leia Linha Direta.

ASSINE LINHA DIRETA

- Assinatura semestral (24 edições) CR\$ 970,00
- Assinatura anual CR\$ 1.850,00
- Assinatura de apoio CR\$ 2.200,00

Basta enviar ao PT/SP cheque nominal ao Linha Direta

Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 Fone (011) 223.7999

NOME

ENDEREÇO

CIDADE

FONE

UF

CEP

ASSINE BRASIL AGORA

SE PREFERIR, ASSINE PELO

TELEFONE:

LIGUE GRÁTIS

0800-11.1300

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP Fones (011) 220.7718/222.4326/223.0959

NOME

ENDEREÇO

CIDADE

FONE

UF

CEP

PROFISSÃO

CARTÃO CRÉDITO:

VALIDADE:

Nº

CARTÕES: VISA, CRÉDICAARD E AMERICAN EXPRESS

- Assinatura 12 edições CR\$ 1.590,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 3.000,00
- Assinatura de apoio (anual) CR\$ 4.700,00



Revisão não é golpe

No debate sobre a realização ou não da revisão constitucional, uma questão torna-se cada vez mais preocupante no interior do PT. Inicialmente o partido adotou, legitimamente, a tese do adiamento. Na medida em que cresceram as chances do adiamento, não só o partido tornou-se caudatário das entidades e partidos que são contrários a qualquer revisão como esta tese avançou significativamente no interior do PT.

Do ponto de vista legal, o Artigo 3º das Disposições Transitórias tanto permite realizar a revisão agora ou em 1995. Cabe ao processo e às forças políticas decidirem qual é o melhor momento. Realizá-la agora, de forma nenhuma significa golpe ou estelionato. O mesmo vale se ela for realizada em 95. Desfeito este equívoco de argumentação, quero analisar o argumento da não-realização da revisão.

Em primeiro lugar é necessário observar que os dispositivos revisionais afirmam-se como uma tendência das constituições contemporâneas. Aquelas que emergiram após os períodos ditatoriais, como é o caso de Portugal, Espanha, Brasil, Leste Europeu etc... Os constituintes desses países, sabiamente, perceberam que a consolidação da democracia e dos direitos de cidadania ocorre mediante uma ação processual. As constituições devem ser ajustadas às novas exigências dos avanços democráticos e compatibilizadas com um mundo em aceleradas mudanças tanto do ponto de vista da realidade interna dos países como da relação entre os estados. Os critérios e mecanismos revisionais são variáveis, mas de fato eles se afirmam nas constituições contemporâneas.

Em segundo lugar, e o mais preocupante, é o conteúdo positivista e conservador que assume o discurso anti-revisional. Pressupõem os seus partidários que o direito é imutável, que o Estado de Direito é uma pedra inamovível encaixada entre pedras e que os direitos individuais e sociais não precisam ser revistos, atualizados, nem acompanhar a velocidade das mudanças nas condições sociais de existência impostas pela dinâmica moderna. Somente países com uma larga história de estabilidade constitucional conseguem fazer ajustes em seus estatutos

constitucionais através de mecanismos normais. As democracias jovens, que saíram recentemente das garras de ditaduras militares ou do socialismo real, necessitam garantir mecanismos especiais ágeis, como os processos revisionais, para fazer esses ajustes.

NENHUMA GARANTIA. No caso da Constituição brasileira, somente no Capítulo dos Direitos foram conseguidos alguns avanços significativos. Mas mesmo a inscrição constitucional dos

direitos não representa a sua garantia efetiva. No Capítulo da Ordem Econômica, ela é herdeira da Constituição ditatorial de 1967 e do estatismo autárquico dos generais. A distorção do Federalismo e o avil-

tamento da representação proporcional também são uma herança do período militar. Na questão das Forças Armadas, ela mantém a tutela militar e permite até mesmo o emprego de tropas para reprimir greves. Seria alongar-se demais desfilhar todos os ingredientes conservadores e autoritários contidos nessa Constituição. Chega a ser irônico que agora o PDT, a OAB e até setores do PT a apresentem como símbolo de conquistas imutáveis e tábua de salvação dos trabalhadores. Mas para que a transição do regime autoritário rumo à democracia se complete, a revisão deve ser feita.

Hoje são grandes as possibilidades do adiamento da revisão. Esta decisão implicará que o próximo governo assumirá com questões constitucionais pendentes. Isso paralisará, praticamente, o primeiro ano e meio de governo. Os possíveis efeitos da revisão far-se-ão sentir, provavelmente, em 1997. O que se pode esperar do próximo governo, seja ele quem for, é a instabilidade, pois não se saberá se ele poderá aplicar um determinado programa devido à indefinição constitucional. O adiamento da revisão implicará consequências e somente o futuro poderá determinar se esta decisão foi correta ou não. De qualquer forma, em política, as decisões implicam responsabilidades não só com o ato de decidir mas também com as consequências das decisões.

* JOSÉ GENOÍNO é deputado federal do PT/SP

ENQUANTO ISSO, NO FMI...



OPINIÃO
NANI STUART *

O PT e o Mercosul

No 23 e 26 de setembro, a cidade de Curitiba, sob intensa chuva, foi cenário do I Seminário do Partido dos Trabalhadores sobre o Mercosul.

O Ato de Abertura, com a presença de Lula e representantes do governo e da sociedade, lotou o anfiteatro da Universidade Federal do Paraná, mostrando o entusiasmo e interesse da militância e de simpatizantes do partido sobre esta questão.

O sucesso dos trabalhos do seminário, que se encerrou no sábado à noite, confirmou as expectativas: apresentar, debater e elaborar as linhas de intervenção do PT no processo de integração regional.

A Carta de Curitiba, aprovada pelos delegados dos estados presentes (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e São Paulo), enuncia os pressupostos básicos que o PT defenderá: a democracia, a autodeterminação e a solidariedade continental. Declara estar "a favor da integração econômica, social e cultural de nossos povos" e contra o "caráter excludente e antidemocrático" determinado pelo rumo neoliberal que tem assumido o processo.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi instituído pelo Tratado de Assunção, firmado em março de 1991 pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A marca dos governos Menem e Collor, ambos preocupados com a adoção acelerada do modelo neoliberal, imprimiu um rumo diferente ao processo que vinha se desenvolvendo desde 1985, com a assinatura de 24 Protocolos Setoriais que estavam sendo negociados entre Brasil e Argentina.

INSTRUMENTO. O Mercosul, concebido como instrumento da estratégia de crescimento do comércio exterior de governos que internamente aplicaram políticas recessivas, tem como eixo a criação de uma zona de livre comércio sub-regional, com prazos rígidos, que conspiram contra a consecução dos objetivos da integração. As diferenças

estruturais e macroeconômicas entre os países também são obstáculos sérios, e devem ser consideradas e tratadas através de políticas compensatórias e uma agenda política convergente.

Todas estas questões foram levantadas e discutidas ao longo das sessões de trabalho do seminário. A preocupação com os impactos do Mercosul sobre o setor agrícola, que é o mais sensível em todo processo integracionista (ver a resistência dos camponeses europeus às medidas da CE prejudiciais ao setor), foi predominante e mostrou a demanda concreta da militância petista inserida na produção e no trabalho do campo.

Entretanto, seria muito bom que lideranças que desenvolvem tarefas em outros setores da sociedade despertassem para a

questão da integração, dado colocado pela conjuntura internacional e regional, que deverá ser levado em conta na elaboração do projeto nacional de desenvolvimento e, mais especificamente, do

Plano de Governo do PT para 1994.

Se o PT ganhar as eleições, e é grande a chance e a vontade, Lula receberá em 1995 um Brasil já integrado, pois os prazos estipulados para a conformação de uma união alfandegária e harmonização de políticas macroeconômicas expiram em fins de 1994.

Há urgência, portanto, de elaborar propostas e diretrizes e organizar os diferentes setores da sociedade para uma participação efetiva e propositiva.

As resoluções do seminário e a formação de um grupo de trabalho especial que dará continuidade, são os primeiros passos de uma longa caminhada, junto aos povos dos outros países, para garantir "a democracia, a defesa dos Direitos Humanos e a Carta de Direitos Sociais" que, segundo a Carta de Curitiba, "serão a condição básica para consolidar o processo de integração continental".

NANI STUART é membro da Secretaria de Relações Internacionais do PT.

PICARETAS E PICARETAGENS

Lula teria afirmado que o Congresso Nacional possui "uns 300 picaretas". Isto ocorreu há quase um mês e o assunto está rolando até hoje. A grande imprensa, que tudo tem feito para desmoralizar o Congresso Nacional, tomou para si as dores dos pobres deputados e senadores, e o procurador da Câmara Federal está ameaçando processar Lula pela declaração. Segundo o Dicionário Aurélio, neste tipo de uso, *picareta* quer dizer "pessoa que usa de expedientes ou embustes para alcançar favores". Sugerimos que o leitor observe o comportamento dos deputados e senadores e julgue por si mesmo qual deles merece o qualificativo.

De nossa parte, preferimos não avaliar casos individuais, limitando-nos à análise de algumas picaretagens de autoria de setores do Congresso e do Governo. A principal delas é a revisão constitucional que está sendo proposta por partidos como o PMDB, o PSDB e o PFL, e duramente combatida pelo PT e PDT. Prevista para começar no próximo dia 6 de outubro, o objetivo desta proposta é uma grossa *picaretagem* (perdoem-me a repetição): acabar com a previdência, abrir ainda mais o país para o capital estrangeiro e romper o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, entre outras mutretas. Há, ainda, a história de outras picaretagens. Como a manipulação dos números pelo Ministério da Fazenda, denunciada pelo jornalista da Folha, Aloysio Biondi, a nova lei eleitoral, a política de privatizações do governo Itamar e a *briga* do PMDB com o governo.

No mês de outubro, o PT estará realizando duas prévias disputadíssimas para escolher seus candidatos a governador no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio, a disputa será no dia 3, entre o deputado Vladimir Palmeira e o jornalista Milton Temer, e em São Paulo, no dia 17, entre o deputado José Dirceu e a ex-prefeita de Santos, Telma de Souza.

EDITOR

SINDICAL

A CAMPANHA CONTINUA.

No último dia 28, os petroleiros em assembléia na REPLAN, Paulínia, resolveram aprovar a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho. A greve foi suspensa baseada em alguns avanços conquistados em relação ao ano passado, como no reajuste salarial mensal com redutor de 10% da inflação incluindo os que ganham mais de 6 salários mínimos; a reintegração dos 600 demitidos em consequência do Plano Collor e adiantamento de 45% do salário no dia 10.

Mas vale lembrar: a campanha a favor do monopólio estatal do petróleo e contra a revisão constitucional continua a todo vapor.

DIA DA CRIANÇA. Dia 8 de outubro foi a data escolhida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para realizar a Vigília da Criança e do Adolescente, na sede em São Bernardo. O sindicato quer participar da discussão nacional do problema que atinge 7 milhões de crianças abandonadas. A vigília começa às 17 horas com a concentração na Praça da Matriz, em São Bernardo, e a passeata seguirá até a sede do sindicato. Participarão do debate entre outros o ministro da Justiça, Maurício Correa, o secretário de Segurança de São Paulo, Michel Temer, crianças e adolescentes de rua, convidados especiais como o Betinho, Paloma Duarte e Oberdan Jr. A programação se estenderá até às 5h30 da manhã.

CONTRA A FOME. E por falar em Betinho, uma outra pauta do Sindicato dos Metalúrgicos é a campanha nacional contra fome. Na Ford os trabalhadores da Comissão de Fábrica e militantes sindicais já organizaram um trabalho de coleta de alimentos e roupas com apoio de algumas entidades. O sindicato tem uma proposta que será votada no dia 10 de outubro: o desconto de 0,5% do salário de 140 mil filiados. Se aprovada a arrecadação será 50 milhões de cruzeiros reais e equivale a seis mil cestas básicas.

A.C.

UNIVERSIDADE ELEIÇÃO NA USP

Jogo de cartas marcadas

Estudantes são contra processo de escolha do reitor e querem eleições diretas

Quem fosse à Universidade do Estado de São Paulo (USP) no dia 21 de setembro veria caras pintadas. Se engana quem pensou que lembravam um ano do impeachment. Alguns estudantes se maquiaram, portavam nariz de palhaço e estavam acompanhados por uma banda. O que representavam? Um circo - como eles qualificam, este ano, a eleição indireta para reitor da Universidade.

Sem dúvida não é uma sucessão típica. Dia 2 de agosto, o reitor Roberto Leal Lobo renunciou. As denúncias sobre o caso de Israel (importação de equipamentos superfaturados) desabaram na sua cabeça. Ao mesmo tempo os caciques do PMDB, Orestes Quêrcia, Luiz Antônio Fleury Filho e Luiz Gonzaga Beluzzo responsáveis e portanto envolvidos tentavam sair de cena, e Leal foi abandonado.

Mas o ex-reitor, que anteriormente estava em alta na cúpula pemedebista, cogitado até para ocupar o cargo de secretário da Ciência e Tecnologia do estado já vinha preparando em ritmo de festa, a cadeira para o seu sucessor - o ex-pró-reitor Erney Camargo. Como a situação complicou para Lobo várias artimanhas foram montadas para evitar que Erney fosse identificado como candidato de Lobo, as tentativas foram em vão.

Os números quantificam o desgaste. O colégio eleitoral da

USP é um universo que abrange 1.397 eleitores. Sendo: 84,7% dos professores, 10% dos alunos, 4,1% dos servidores, 0,5% de ex-alunos e 0,3% de representantes da sociedade. No primeiro turno havia 9 candidatos dos quais 8 vão ao segundo turno (dia 5 de outubro) e depois uma lista tríplice é encaminhada ao governador do estado. Cada eleitor tem direito a três votos. O resultado do primeiro round aponta a falta de consenso: 881 votos em branco, considerando que cada eleitor tem direito a três pontos. O primeiro colocado é o preferido de Fleury, o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp), Flávio Fava de Moraes com 881 votos, o segundo é Erney Camargo com 546 e o terceiro o médico Adib Jatene com 395.

DIRETAS JÁ. Vale lembrar que as cifras em disputa são altas e a USP pode ser comparada a uma cidade. Com uma cir-

culação diária de 60 mil pessoas, o orçamento de 1992 foi de 300 milhões de dólares repassados pelo Estado mais 110 milhões provenientes de outras fontes. A verba diária totaliza 1 milhão de dólares. Além de São Paulo há mais cinco campi no interior: Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos.

Entretanto, os estudantes não estão contentes como o modo da escolha: exigem eleições diretas. Depois do consenso das reuniões realizadas com os vários Centros Acadêmicos resolveram bancar a eleição direta pelo DCE, apesar de nenhum candidato ter se inscrito. Nos dias 15, 16 e 17 de setembro 1503 pessoas (alguns professores) mas a grande maioria era alunos que pelo voto mostraram o que pensam dos concorrentes. O resultado: 639 votos nulos, Junqueira vem em segundo lugar com 290 votos. Foi justamente ele que ocupou o

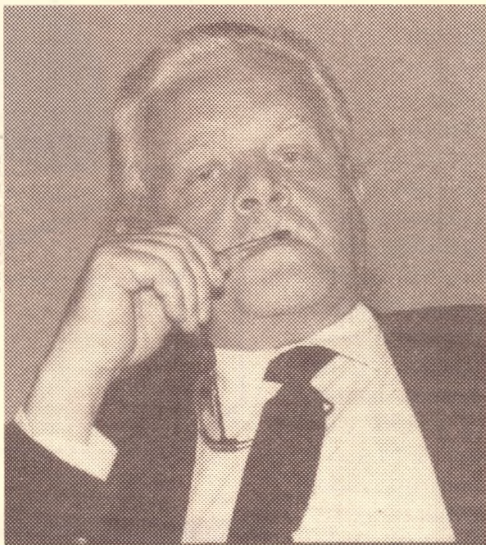
nono lugar nas eleições oficiais. Portanto está fora do segundo turno.

"Apesar de não concordarmos com o nome de nenhum dos candidatos somos a favor das eleições diretas. Por isso mesmo fizemos a campanha pelo voto nulo", disse Lúcia Gonçalves, diretora do DCE e estudante do curso de ciências sociais. Segundo a avaliação do DCE, tanto as eleições oficiais, como as diretas mostram que não há um nome forte. E a diretora ainda adverte:

"Tanto Franco Maria Lajolo como Celso de Rui Beisegel e Antônio Marcos Massola são candidatos laranjas". Ou seja, no segundo turno fazem campanha para Erney e abrem mão das suas candidaturas. A intenção é enfraquecer a candidatura de Fava. Mas Lúcia faz questão de lembrar: "A única vez que a SBPC questionou a entidade foi durante a gestão de Fava". Na análise do DCE, os três candidatos mais votados não representam bons nomes.

Devido a esta rede de intrigas a reivindicação das eleições diretas, feita pelos alunos vem acompanhada de outra exigência, a revisão do estatuto da Universidade, considerado pelos estudantes como um entulho autoritário. Os estudantes se expressam claramente: querem participar mais e por isso desejam uma universidade mais democrática.

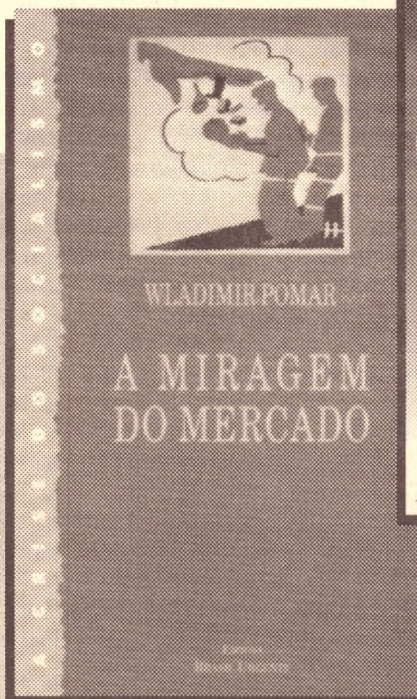
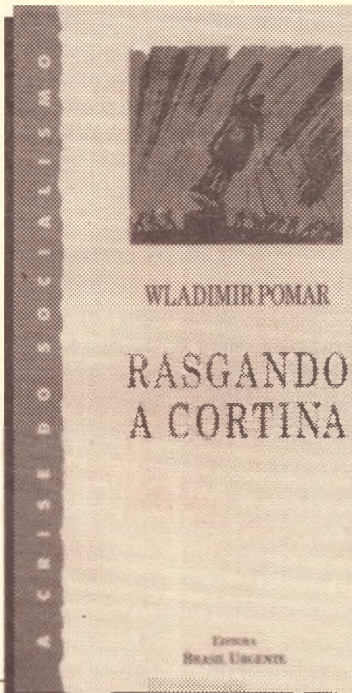
ADÉLIA CHAGAS



Erney e Fava, os mais votados da farsa eleitoral

RASGANDO A CORTINA

Discute a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões do seu fracasso. (CR\$ 700,00)



A MIRAGEM DO MERCADO

É uma análise do processo de reestruturação do capitalismo naqueles países, suas contradições, seus limites e seus mitos (CR\$ 700,00)

O ENIGMA CHINÊS

O livro mais completo sobre a China até hoje publicado no Brasil, dá as pistas para entender as contradições do País do Meio. (CR\$ 2.700,00)

VENDA DIRETA DO AUTOR PARA O LEITOR.

PREENCHA O CUPOM E ENVIE-O JUNTAMENTE COM SEU CHEQUE NOMINAL E CRUZADO A FAVOR DE WLADIMIR POMAR (RUA DR. SENG, 287, AP. 91, CEP 01331, SP/SP). VOCÊ RECEBERÁ OS LIVROS EM SUA CASA, POR CORREIO, REMESSA REGISTRADA.

Sr. Wladimir Pomar, peço que me envie ___ exemplares de "Rasgando a Cortina", ___ exemplares de "A miragem do mercado" e ___ exemplares de "O Enigma Chinês".

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

UF: _____ Cep: _____

Sabotagem em Itaipu

Os responsáveis negam-se a apurar ato que causou prejuízo de US\$ 13 milhões

Um mistério envolve a maior hidrelétrica do mundo. A Itaipu Binacional pediu a demissão de um funcionário da empreiteira Itamon Construções Industriais Ltda., por suspeita de sabotagem em uma das 18 unidades geradoras de energia da usina. O empregado foi afastado - porém, com uma carta de recomendação. A recuperação total da máquina, que já estava parada devido a um curto-circuito, deverá custar US\$ 13 milhões. A Segurança Empresarial tem um relatório sobre os danos, mas o superintendente, general Waldir Martins, nega-se a falar sobre o assunto.

O deputado Edésio Passos (PT/PR) denunciou o fato ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pedindo a instauração de um inquérito para apuração da autoria dos danos. O deputado disse que "estranhamente, o diretor-geral da empresa do lado brasileiro, Francisco Luiz Sibut Gomide, não demonstra interesse na verificação desta responsabilidade".

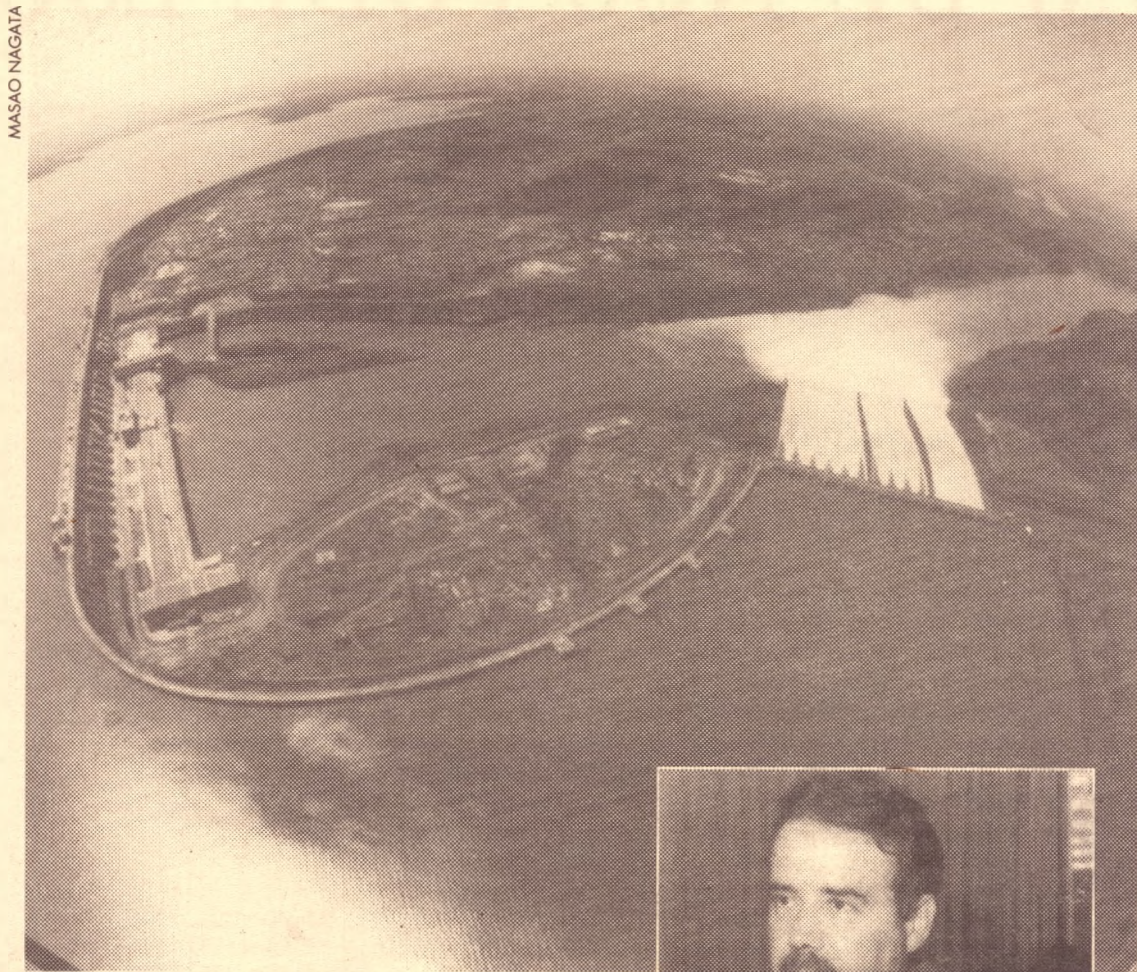
A Itaipu Binacional (IB) foi construída em parceria com o Paraguai, no rio Paraná. A barragem localiza-se entre os municípios de Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del Este (ex-Porto Stroessner/Paraguai) e o lago formado pela hidrelétrica atinge 1.350 quilômetros quadrados. A usina é responsável por 25% de toda a energia produzida no Brasil.

ESCONDENDO INFORMAÇÃO.

A Binacional afirma que as barras do estator da UG-6 (Unidade Geradora número 6) foram danificadas no dia 17 de março deste ano, durante fase de reparos da máquina, que estava desativada desde 21 de julho do ano passado. Francisco Gomide disse que não cabe à empresa classificar o fato como sabotagem, mas admite que o operário Roque Antônio de Oliveira, 35 anos, foi afastado da Itamon por suspeita de ser o autor do crime. A empreiteira é responsável pela manutenção e reparos da máquina seis.

Em denúncia encaminhada ao subprocurador da República Álvaro Augusto Ribeiro Costa, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Foz do Iguaçu (que reúne os empregados da IB), Assis Paulo Sepp, também enfatizou o "cerceamento de informações à opinião pública, evasivas quando indagados (os diretores da IB) pela imprensa e nenhuma vontade de apurar até as últimas consequências para se chegar aos responsáveis por lesão de tal monta ao patrimônio público".

Segundo o relatório da Segurança Empresarial incluído no processo de quase 200



Vista aérea da Usina de Itaipu

páginas que está na Polícia Federal em Foz do Iguaçu, para a substituição das nove barras danificadas foi necessária a remoção de outras 130 a 150 barras do sistema, acarretando um atraso de 60 dias ao trabalho de recuperação da máquina. Conforme parecer do fabricante, Asea Brown Boveri, o conserto deve ser feito em Osasco (SP), onde a fábrica está localizada. De acordo com Francisco Gomide, a UG-6 deverá voltar à atividade no final do ano.

MAIS DINHEIRO.

Evidentemente, os estragos provocaram a revisão de custos. Embora pagos por seguro, houve dilapidação do patrimônio público; portanto, a Itaipu deve explicações. Mas o general superintendente da Segurança Empresarial, Waldir Martins, foi curto e grosso (!) - quando procurado, respondeu, através da secretária, que não tinha "nada a declarar" e que não daria entrevistas sob hipótese alguma.

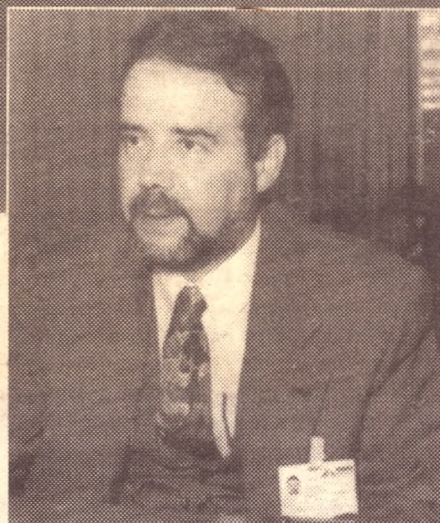
A Segurança Empresarial da Itaipu não é um simples órgão de vigilância. A imprensa nacional e paraguaia apontam-na como geradora não apenas de energia elétrica, mas de "informes" à repressão política nos anos de ditadura. Jornais dos dois países afirmam que informações sobre sindicalistas, funcionários, jornalistas, políticos e religiosos continuam sendo atualizadas nos arquivos da empresa.

NADA A INVESTIGAR.

O processo sobre a sabotagem chegou à Divisão da Polícia Federal em Foz do Iguaçu por

solicitação da Procuradoria da República no Paraná, que está encarregada do caso. Entretanto, o procurador João Gualberto Garcez Ramos pediu a instauração de inquérito apenas para a realização de um laudo pericial sobre as avarias causadas no gerador. Não pretende investigar nada. Garcez justificou que as averiguações

realizadas pela Itaipu, através da Segurança Empresarial, foram tão bem-feitas que dispensavam novas investigações.



Que mistério tem Francisco Gomide?

De acordo com o subprocurador da República, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, a competência para averiguações é da Procuradoria da República no Paraná. Ele explicou que, mesmo que João Gualberto Garcez Ramos decida pelo arquivamento do processo, terá que justificar.

Até o momento, a Divisão da PF realizou apenas a perícia grafotécnica na letra de 14 empregados que trabalhavam no setor da máquina sabotada, atendendo a requerimento da procuradoria. O pedido foi feito devido a um bilhete anônimo que ameaça Roque Antônio de Oliveira de morte e sugere que ele seria parte de uma quadrilha responsável pelas avarias na máquina seis.

Porém, Roque - o principal suspeito - não foi submetido a exame, porque não foi localizado.

PELO TELEFONE.

Outro fato é intrigante no processo: um dos motivos que levam a Superintendência Empresarial a suspeitar de Roque é que haveria semelhanças entre sua voz e a do anônimo que assumiu a autoria do crime e durante seis dias (entre 18 e 25/3) fez nove ligações telefônicas para a Itaipu - quase todas para o ramal onde localiza-se a máquina avariada. A segurança teria checado a semelhança através de um telefonema entre Roque e uma namorada. Entretanto, a conversa entre os dois seria a única ligação gravada.

Roque deixou Foz do Iguaçu logo após ser demitido. Depois disto, apareceu na cidade apenas uma vez, no dia 26 de maio. Somente em Foz, através da imprensa local, soube que estava sendo acusado. Revoltado, mostrou a carta de recomendação da Itamon e denunciou que foi vítima de torturas psicológicas.

Eletricista bobinador, especializado em hidrelétricas, Roque Antônio de Oliveira foi interrogado quatro vezes pela Segurança Empresarial da IB: "Éramos uns 50 homens (no setor de manutenção da UG-6), fui o mais prejudicado. As ferramentas usadas para fazer aquele serviço (a sabotagem) eram as mesmas que eu usava. No interrogatório, eles queriam que você acusasse um. Eles te xingam... te desacatam. Uma vez o cara deu um soco na mesa, ficou nervoso... Uma hora me chamou de negro safado".

O operário trabalhou na montagem das máquinas da hidrelétrica entre 1982 e 1989 na Itamon. Depois, foi para São Paulo. Em agosto do ano passado, foi convidado a integrar a equipe que recuperaria a UG-6. Foi demitido em 30 de abril. É considerado um profissional experiente.

USINA DE CORRUPÇÃO

Durante os quatro anos em que Andrés Rodriguez foi presidente do Paraguai, a imprensa do país denunciou atos de corrupção das empresas de prestação de serviços à Itaipu Binacional. O Congresso paraguaio tem um dossiê sobre desvios de verbas. Grande parte das denúncias foram encaminhadas pela CUT paraguaia (Central Unitária de Trabalhadores), logo após a queda de Stroessner.

O livro Itaipu - Geopolítica e Corrupção, do jornalista Paulo Schilling e do engenheiro Ricardo Canese, paraguaio e considerado o maior especialista sobre o assunto, afirma que uma auditoria sobre a dívida externa brasileira "poderia começar pela apuração do caso mais flagrante de corrupção em escala monumental: a construção da hidrelétrica Itaipu".

Conforme os jornalistas Hector Guerin e Juan Carlos Vargas, do diário ABC Color, de Assunção, "a falta de controle oficial facilitou as truculentas manobras de aumento de preços e sobrefaturamento nos contratos firmados pela entidade". Segundo eles, a Itaipu portou-se como um estado independente dos países sócios. "Esse - afirmam - foi um dos fatores determinantes que possibilitaram a repartição de suculentos contratos que encareceram em quase dez vezes o custo original da obra".

O presidente paraguaio Juan Carlos Wasmosy é um dos beneficiários da construção da Itaipu Binacional. Ele fez parte do Consórcio de Empresas Paraguias (Conempa), que participou da construção da hidrelétrica. Foi ministro da Integração de Andrés Rodriguez.

Schilling cita o general Rodriguez como um dos "empreiteiros guaranis que mais lucros teve com a obra: fornecia areia do rio Paraguai, trazida em caminhões do Exército, para as obras de concretagem da represa". Acrescenta que foram aplicados 12,3 milhões de metros cúbicos de concreto na construção da barragem.

C.A.

CRISTINA ÁVILA
de Foz do Iguaçu (PR)

Entidades e partidos progressistas jogam areia nos planos da direita



OS QUE REMAM CONTRA A MARÉ

Em meados de agosto, quando não haviam surgido ainda as divisões entre as forças revisionistas, a *Folha de S.Paulo* publicou um editorial ufanista sobre as chances de reformar já a Constituição de 88. Para saudar uma reunião dos dirigentes dos principais partidos conservadores (PMDB, PFL, PSDB, PP, PTB e PPR), que acabara de chegar a uma posição comum sobre a essência da revisão, o jornal dizia: "Os líderes de 480 dos 585 parlamentares do Congresso Nacional apóiam a mudança da Carta (...) há agora grandes chances de concretizá-la".

Constituído de partidos políticos (PT, PSB, PCdoB, PDT) e entidades civis (OAB, CNBB, UNE, CUT, ABI, Pró-Central de Movimentos Populares e Contag, entre outras) de grande representatividade social, mas escassa representação no Parlamento, o movimento que contesta a revisão tem se servido de firmeza mas também de habilidade e malícia para atingir seus objetivos.

Articuladas a partir de maio, por iniciativa da CNBB, as forças que defendem a Constituição têm sido intransigentes ao destacar que falta ao atual Congresso legitimidade para refazer a Carta. Sérgio Sérulo, assessor da presidência da OAB, gosta de lembrar que os artigos 2 e 3 das Disposições Transitórias votadas pela Constituinte são claros: eles condicionavam a revisão a uma eventual mudança no sistema de governo. Como a ampla maioria dos eleitores confirmou o presidencialismo, a reforma está automaticamente descartada.

Qualquer mudança na Constituição exige, por isso, que se obedeçam os artigos 59 e 60. Eles prevêem apenas a possibilidade de *emendas* ao

texto constitucional. Tais emendas precisam ser aprovadas por 3/5 do Congresso, em dois turnos, nas duas casas legislativas, e após exaustivas discussões.

REGULAMENTAÇÃO. José Antonio Bertoldi, tesoureiro da UNE, destaca o açodamento dos que defendem a revisão sumária: "Eles querem mudar em quatro meses o que a Constituinte levou dois anos para escrever". Bertoldi continua: "O mais absurdo é que esses mesmos parlamentares estão no Congresso há dois anos, e

ainda não regulamentaram pelo menos 69 artigos da Constituição".

Firmemente amparados em argumentos jurídicos e políticos, o movimento contra a revisão não esquece, no entanto, que em última análise a batalha será decidida no Congresso Nacional. Há várias semanas as entidades anti-revisionistas têm orientado seus filiados, e o conjunto da população, a abordar os parlamentares, pessoalmente ou por carta, para pressioná-los a não endossar a revisão. Com o mesmo objetivo, inúmeros comitês têm sido criados em todo o país. Promovem debates para desmascarar os objetivos perversos da revisão. Em alguns casos começam a organizar passeatas e atos públicos.

Um dos pontos altos da mobilização foi a presença firme no galerias do Congresso Nacional dia 22 de setembro. Os dirigentes de entidades como a UNE protestavam no plenário contra o senador Humberto Lucena, que feriu várias vezes o regimento para ler o projeto marca a data da revisão (ver página 9). Enquanto isso, o presidente da OAB, Roberto Battochio, e seu antecessor, Marcello Lavenère, foram pessoalmente ao plenário contestar a arbitrariedade.

Nas próximas semanas o movimento está ganhando o caminho das ruas. Dia 29, atos públicos, manifestações, passeatas e carreatas estavam marcadas em todas as capitais do país e, dia 5 uma grande concentração em Brasília, engrossada por caravanas de todos os Estados, vai comemorar o quinto aniversário da Constituição e dizer, em alto e bom som, *não à revisão*. As entidades estão convencidas que a luta pode ter êxito. Nesse caso, exigirão que sejam finalmente regulamentadas as conquistas sociais aprovadas na Constituinte, e que até agora não entraram em vigor.

Se, ao contrário, a revisão vier a se instalar, a batalha se volta contra a tentativa de liquidar os direitos políticos e sociais alcançados pela população, e moldar o Brasil aos interesses neoliberais.

HAMILTON CARDOSO

Briga estranha no Congresso, dia 22: parlamentares têm que forçar o presidente Lucena a obedecer o regulamento.



JOSÉ VARELA/AE

A GRANDE PICARETAGEM...



Rever a Constituição agora seria como desenterrar a era Collor, e atrelar a ela o destino do país nos próximos anos

Em torno de uma data - a do início da revisão constitucional prevista pela Carta de 94 - gira um pouco do futuro do Brasil. Nos próximos dias uma seqüência de batalhas políticas decisivas irá definir, no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e nas ruas, uma questão simples. É justo entregar ao atual Legislativo - eleito no auge do poder de Fernando Collor e sob influência direta das "caixinhas" de PC Farias - o direito de reescrever a Constituição de 88? Ou esta responsabilidade deve ser transferida ao Parlamento novo que surgirá nas eleições plebiscitárias de 94?

Em defesa da revisão-já chegou a armar-se, em alguns momentos um arco político que ia do PSDB ao PPR, coesionava os quatro maiores jornais diários do país, enfeixava as forças do governo Itamar Franco e tinha o apoio da maioria absoluta dos deputados e senadores. Nas últimas semanas, porém, esta quase-unanimidade balançou sob o impacto de uma seqüência de hesitações, e depois que ficou patente que as cor-



Moreira, presidente da Fiesp, e o "ex", Mário Amato: na luta para manter privilégios

rentes conservadoras têm cada vez mais dificuldades para sobrepôr seus objetivos comuns aos interesses particulares de cada uma delas.

Sob o comando do deputado José Serra, o PSDB - o

mais governistas dos partidos - impôs no dia 23 um elenco de exigências para manter seu endosso à revisão. No dia 25 o Palácio do Planalto, que se apóia numa base parlamentar dispersa e será transformado

num centro de poder secundário tão logo se instale a reforma da Carta, sugeriu através de seu líder no Senado, Pedro Simon, que pode retirar o apoio que empresta ao processo. O PMDB fez im-

ediatamente o mesmo. Como cresceu a pressão de partidos progressistas e entidades democráticas contra a revisão (ver página 7), o resultado da disputa tornou-se imprevisível.

DEMOCRACIA DE FACHADA. Melhor assim. Os políticos e teóricos que querem reformar a Constituição agora já não escondem que por trás desse objetivo está o desejo de construir uma democracia de fachadas um regime impermeável às pressões das maiorias. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos defensores mais destacados da revisão no Congresso Nacional, foi claro ao escrever sobre o tema no dia 24, no jornal O Estado de São Paulo. "A transição brasileira tem que ser encerrada", disse ele: "Sem regras, ninguém joga".

Transparece tanto no artigo de Jobim quanto nos editoriais que a grande imprensa publicou com destaque dois dias depois, porém, que o objetivo da revisão-já é completar "a transição", e fazer "as regras", antes que o povo as faça - no calor da campanha eleitoral de 94 ou sob influência de um novo governo disposto a apelar para o poder das ruas.

MEDO DO POVO. O deputado propõe claramente: "Só a revisão poderá" fixar limites para os programas dos candidatos. O Estado de São Paulo foi mais longe e advertiu: "O país corre o risco de transferir a revisão para o próximo governo - para um presidente eleito com enorme votação". E a Folha reconheceu temer não apenas o novo governo,

mas até mesmo a influência que as eleições poderiam ter sobre a reforma da Carta: alertou que é "crucial" afastar o processo, "tanto quanto possível, das eleições do ano que vem e dos feitos perniciosos do fisiologismo eleitoral".

Aos defensores dessa "democracia" que teme o povo não basta, no entanto, vetar uma reforma constitucional feita com base em debate e mobilização. O exame das diversas propostas dos conservadores para a revisão revela com clareza um traço comum. Trata-se para eles de sujeitar o próximo presidente e o próximo Congresso a um programa de reformas muito semelhante ao que o ex-presidente Fernando Collor tentou - sem êxito - impor ao País.

A pauta da direita para a reforma da Constituição começa no capítulo da *Ordem Econômica*. O longo texto que Fiesp preparou sobre a revisão, concluído apos onze meses de trabalho, destaca em especial esse item. Também é sobre ele que se detêm os estudos dos representantes das multinacionais, unidos em dois fóruns: o grupo das "Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro" da Fiesp e uma comissão formada em

conjunto por todas as Câmaras de Comércio estrangeiras que atuam no país.

SVLAR OS PRIVILÉGIOS. O teor de todos os documentos é idêntico. As entidades que representam o grande capital querem abrir para seus membros o privilégio de explorar atividades onde os lucros são fartos e os riscos quase nulos. Desejam ao mesmo tempo amarrar as mãos de um possível governo de esquerda, e limitar ao máximo sua ação na economia. A Fiesp e as empresas estrangeiras pedem o fim dos monopólios estatais de petróleo e telecomunicações, o que abririam diante da cobiça das grandes empresas, da noite para o dia, negócios de dezenas de bilhões de dólares. Já a salvaguarda dos interesses das elites seria promovida retirando-se do presidente da República, entre outros, o direito de nomear o presidente do Banco Central, e de portanto controlar os juros, dirigir a emissão de moeda e administrar o câmbio e as reservas de moedas fortes.

Entidades empresariais e parlamentares conservadores querem, em segundo lugar, alterar o capítulo da *Ordem Tributária*. A proposta da Fiesp, por exemplo, fala em reduzir radicalmente o número de impostos: dos 53 hoje existentes restariam cinco, no máximo.

Por trás dessa bandeira, que tende a iludir parcelas do próprio movimento popular, esconde-se no entanto um truque. Afinada com uma dos elementos mais perversos do pensamento neoliberal, a idéia implica numa espécie de reforma tributária às avessas. Cairiam ou teriam alíquotas reduzidas precisamente os tri-

butos que mais incidem sobre o capital: entre outros, o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e o Imposto Territorial Rural, que segundo uma proposta do PFL passaria a ser cobrado pelos próprios municípios, onde o poder dos grandes fazendeiros é quase irresistível. Para substituí-los seriam criados impostos indiretos, que incidem igualmente sobre ricos e pobres, numa afronta clara aos princípios de justiça tributária.

DIREITOS GOLPEADOS. Alarmadas com as repercussões negativas do ataque grosseiro que moviam até há pouco contra os poucos direitos sociais inscritos na Constituição de 88, a direita deixou há pouco de defender a extinção deles. Mas as entidades empresariais, a imprensa e parlamentares de quase todos os partidos conservadores têm insistido em dois pontos: querem eliminar a aposentadoria por tempo de serviço, e privatizar ao menos parcialmente a Previdência Social.

Mantêm, como se não bastasse, a proposta de "desregulamentar" as relações entre capital e trabalho, para sacrificar no altar do "livre mercado" todas as conquistas trabalhistas que os assalariados conseguiram consagrar em lei. Em 26 de setembro o empresário Max Schrappe, presidente em exercício da Fiesp, lembrou com satisfação que a medida poderia eliminar, por exemplo, o pagamento das horas extras.

As empresas passariam a ter ampla flexibilidade para

fixar unilateralmente ao longo de cada ano a jornada de trabalho. Nos períodos de baixa produção, ela poderia até cair. O patrão adquiriria um "crédito" junto ao trabalhador e ficaria com o direito de obrigá-lo, nos momentos de "pico" industrial, a longas jornadas sem qualquer pagamento extra...

TRANSIÇÃO PERVERSA. Menos alardeada nos últimos meses, quando o enfraquecimento da idéias de revisão levou os conservadores a reduzir pouco a pouco seus objetivos explícitos, permanece de pé, e pode ser novamente erguida a qualquer momento a idéia de alterar o capítulo da *Ordem Política*, para impor o voto distrital. Seria uma espécie de coroamento da reforma pretendida pela direita. Eleitos por suas micro-regiões, num processo em que os interesses paroquiais fatalmente prevaleceriam, os deputados passariam a expor tempo de serviço, e privatizar ao menos parcialmente a Previdência Social.

Antonio Martins

Divididos por seus interesses menores, os conservadores podem perder a batalha da revisão.

... E O BAFAPÁ DOS TRAPACEIROS

Em meio ao mar de calamidades em que se transformou o Brasil, uma notícia boa: o barco da revisão constitucional faz água e provavelmente vai naufragar. Os acontecimentos verificados dia 22 no Congresso Nacional mostraram à tropa de choque da revisão, herdeira do famigerado "Centrão", à Fiesp e à Força Sindical que não será fácil impor sua vontade ao país.

"A revisão é um estupro contra a Constituição", já disse o deputado Waldyr Pires

(PSDB-BA). O que ocorreu no dia 22 foi simplesmente a reação indignada de alguns parlamentares progressistas contra a primeira tentativa desse assédio indecoroso, praticado pelo presidente do Congresso, o senador Humberto Lucena. A grande imprensa, a serviço dos monopólios, só conseguiu ver "a ação de baderneiros que ameaçam a revisão". Nenhum dos grandes jornais destacou a violência principal, perpetrada por Lucena, que violou o regimento do Congresso para realizar uma sessão sem quórum.

Em resumo, os fatos: por volta das 10h20, o senador Lucena abriu a sessão destinada a ler o projeto de resolução marcando o início da revisão para o dia 6 de outubro. Com esta leitura, teria início a tramitação do projeto, que não poderia ter sido votado naquele mesmo dia. Ao contrário do que divulgaram os grandes jornais, não houve "adiamento da votação", portanto.

SEM QUÓRUM. O artigo 28 do regimento comum do Congresso Nacional determina que as sessões só podem ser abertas com a presença mínima de um sexto (84 deputados e 14 senadores) de cada casa legislativa. Como nem 30 parlamentares se encontravam no local, a esquerda e o PDT solicitaram a verificação do quórum. Lucena deveria suspender a sessão por 30 minutos, para aguardar a composição do quórum mínimo exigido. Esperou, no entanto, 44 minutos, 14 a mais do que determina o regimento. Ainda assim, ao reabrir a sessão, só havia 73 deputados e 11 senadores. Em vez de encerrar a sessão, como determina o regimento, Lucena ordenou que o primeiro secretário, deputado Wilson Campos, fizesse a leitura do projeto de resolução. Consumava-se a ilegalidade que deflagrou o protesto dos parlamentares.

Quatro deputados do PDT - Paulo Ramos, Wilson Muller, Luiz Salomão e Carlos Lupi - subiram à mesa para tentar

impedir a continuidade do golpe. Muller chegou a rasgar uma cópia do projeto. Outros parlamentares exigiam, do plenário, o encerramento da sessão. As galerias, ocupadas por representantes da UNE, da UBES, de sindicatos e entidades da sociedade civil, também protestaram.

CHAMA O EXÉRCITO. Diante da confusão, Lucena suspendeu a sessão e mandou evacuar as galerias, sem sucesso. O chefe da segurança do Senado, conhecido como Índio, informou a Lucena que alguns deputados estavam nas galerias e disseram que elas só seriam evacuadas se passassem por cima deles. "Se o senhor mandar, eu passo", bravateou Índio. O deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) agarrou o segurança pelos ombros: "O que é isso, baixinho! Você não tem o direito nem de abordar um deputado, quanto mais de querer passar por cima deles". Enquanto isso, um outro deputado, Laprovita Vieira (PMDB-RJ), sugeria a Lucena que mandasse chamar o Exército. O presidente do Senado prefe-

riu aceitar a intermediação de Haroldo para negociar a retirada das galerias. Quando isto aconteceu, a sessão foi reaberta e, em seguida, encerrada. Para tentar recuperar sua autoridade arranhada, Lucena pediu ao presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, para tomar providências legais contra os quatro deputados do PDT que participaram da sessão "telecatch", para usar a expressão do deputado cada vez mais "politicamente correto" José Genoíno.

MAR DE MENTIRAS. No dia seguinte, em meio à enxurrada de mentiras divulgadas pela grande imprensa, houve até mesmo a versão de que o ex e o atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcello Lavenère e José Roberto Batocchio, teriam desatado o presidente do Congresso.

Quatro partidos - PDT, PT, PSB e PCdoB - entraram com uma representação junto à mesa do Congresso e com um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, solicitando a anulação da sessão ilegal. O Supremo não

havia se pronunciado sobre o assunto até as 15 horas de terça-feira, véspera da sessão destinada a votar o projeto de resolução, objeto de toda a celeuma.

Até aquele momento, podia-se avaliar que a revisão estava naufragando pelas seguintes razões:

Preocupado em não cometer suicídio político - mostrando-se aos eleitores como parte da frente de extrema-direita do Congresso, a mais interessada nas mudanças constitucionais - a bancada do PSDB na Câmara pareceu descer do muro ao fazer três exigências para participar da revisão: a) o estabelecimento de uma agenda mínima para votação; b) a fixação do término da revisão em 31 de dezembro próximo; e c) a eleição, pelo plenário, do presidente e do relator da Câmara Revisional. Só esta última condição já indica que os deputados tucanos não querem mesmo a revisão. É que a exigência atropela o acordo de compadres feito entre o PMDB e o PFL: Lucena para presidente, Luis Eduardo Magalhães para relator. De Nova

York - onde estava para negociar com o FMI - o ministro Fernando Henrique Cardoso, que dizia que a revisão era fundamental para o sucesso desse plano econômico, mandou um recado: se o Congresso não fizer o ajuste fiscal, o próprio governo tomará a iniciativa de fazê-lo, através de propostas de emenda constitucional.

RECUE DO CENTRO. O PMDB rachou ao meio. Analisando a atitude dos tucanos, o líder Genebaldo Correia disse que sem o PSDB, em vez de uma revisão de "centro-esquerda", ocorreria uma de "centro-direita". Já o presidenciável Orestes Quêrcia, contrariando a opinião do governador Luiz Antônio Fleury, deixou ainda mais explícito que é contra a revisão. Outro peemedebista de peso, o ex-líder do governo no Senado, Pedro Simon, jogou água na ferveria revisionista em dois pronunciamentos. Segundo Simon, o mais sensato é o Congresso Nacional fazer as mudanças constitucionais que julgue necessárias através de emendas, com o quórum dos

três quintos. "Será que eles (os constituintes) eram tão incompetentes e tão irresponsáveis que ficaram dois anos elaborando a Constituição e só fizeram bobagens, e nós, gênios, em dois meses vamos sanear todas as bobagens que eles fizeram?", perguntou Simon.

O presidente Itamar Franco, como era de se esperar, não sabe o que quer. Mas há notícias de que ficou muito satisfeito com a sugestão de Simon. Ativamente a favor da revisão, permaneciam o PFL de Antônio Carlos Magalhães, o PRN e o PPR de Paulo Maluf. No domingo, 26, o PFL fez a sua convenção nacional em Brasília, e elegeu como presidente Jorge Bornhausen, um de seus membros da Constituição. Houve apenas uma dissidência, a dos senadores Marinho, para quem a revisão constitui uma violência jurídica.

FIM DA ILUSÃO. Outro sintoma relevante do naufrágio foi dado pela revista *Veja*, edição de 29 de setembro, na matéria "Acabou a fantasia", aberta com a seguinte frase: "Quem pensava que a revisão constitucional seria um passeio de



FHC quer a revisão que não convence nem o PSDB

carruagem pode preparar-se para uma guerra". Entre as evidências apontadas pela revista, a de que os lobistas das grandes corporações que atuam em Brasília engataram uma marcha à ré em seus esquemas de pressão. O Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações, por exemplo, formado pela Odebrecht, Grupo Monteiro Aranha, Bradesco,

Andrade Gutierrez e outras empresas interessadas em arrebentar o monopólio estatal das telecomunicações, mudou de tática. Em vez de tentar convencer os parlamentares, o instituto pretende agora arrancar as mudanças que prega através da via judicial, informa a revista.

Antonio Carlos Queiroz de Brasília





TRÊS PICARETAGENS

DINHEIRO A RODO E CENSURA

A nova legislação eleitoral impõe restrições à TV, mas libera geral no financiamento das campanhas.



Serra, articulador da nova lei eleitoral

MAIS LAMA NAS PRIVATIZAÇÕES

A revelação de novos detalhes sobre a privatização da Cosipa - Cia. Siderúrgica Paulista - enlameou um pouco mais, na quinzena passada, o Programa Nacional de Desestatização. Apesar disso, o governo Itamar Franco decidiu levá-lo adiante, e agora planeja entregar a capitais privados, como sempre com prejuízo ao patrimônio público, a Embraer.

Em 21 de setembro o empresário Aldo Narcisi, proprietário da empresa que adquiriu a Cosipa em leilão (a Brastubo) e a vendeu poucos dias depois à Usiminas, prestou depoimento perante a CPI das Privatizações. Segundo o deputado Edson Silva (PCdoB-RS), Narcisi admitiu que "a Brastubo nunca admitiu a hipótese de comprar a Cosipa" - ou seja, agiu mesmo como "testa de ferro".

Três dias antes o promotor Airtton Florentino de Barros, da Justiça de Falcências de S. Paulo, havia pedido inquérito para apurar possíveis danos ao patrimônio público e agressões à Constituição, na venda da ex-estatal siderúrgica. Florentino lembrou que a Brastubo não tem - nem teve jamais - patrimônio compatível com a compra que fez, e que a operação só foi viabilizada graças a empréstimo feito pelo BNDES, com *dinheiro público*, e juros muito subsidiados...

LUIA MARQUES/FOLHA IMAGEM

Programas eleitorais de TV que vão lembrar os tempos da Lei Falcão. É o que determina a nova lei eleitoral aprovada pela Câmara Federal em setembro, que deverá ser votada pelo Senado nas próximas. Não será permitido no horário político de 94 a veiculação de reportagem, efeitos especiais, vinhetas ou até mesmo um trabalho de edição mais criativa. E os candidatos só poderão gravar suas aparições em estúdio. José Serra, deputado federal do PSDB de São Paulo, e um dos principais articuladores do projeto, justificou as limitações impostas ao horário político, alegando, entre outras razões, que isso vai baratear o custo das campanhas eleitorais. Cinismo puro. O tiro teve outro alvo: o PT e a candidatura Lula. E, porque não dizer, o horário político, que irá perder parte de seu interesse, já que não poderá utilizar sequer os recursos comuns à televisão brasileira.

Puro cinismo. Afinal, na mesma legislação que censura o horário político, se encontra a nova regulamentação de financiamento de campanhas eleitorais. Foi praticamente legalizada a "catação de grana" do tipo da que PC Farias fez. As empresas poderão doar até 5% de seu faturamento bruto às campanhas eleitorais, o que equivale por exemplo, no caso de uma empresa como a Autolatina a mais de 100 milhões de dólares. Além disso - pasmem! - os doadores terão garantia de anonimato e ainda por cima poderão se beneficiar de desconto no imposto de renda. Deste jeito PC Farias vai voltar correndo para o Brasil.

A CAPITULAÇÃO DO VELHO PMDB

O governador de S. Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, destacou-se como o grande *laranja* na disputa entre o PMDB e o governo Itamar Franco, concluída no dia 21, quando aquele partido decidiu manter-se aliado ao Palácio do Planalto.

No início de setembro, Fleury havia iniciado um movimento de oposição a Itamar de caráter nitidamente fisiológico. Revoltado com a demissão de um apadrinhado: Luiz Carlos Delben Leite, ex-presidente do BNDES, sobre quem pesavam denúncias de irregularidades graves nas privatizações, ele "exigiu" maior espaço para o partido - e em especial para si próprio - no governo.

Uma Convenção Nacional do PMDB chegou a indicar o rompimento com o Executivo, mas Itamar soube cozinhar os dirigentes peemedebistas em banho-maria. Ciente de que o partido não tem mais condições de disputar o espaço da oposição, Itamar rejeitou todos os ultimatos que lhe foram lançados. E aceitou no ato os pedidos de demissão dos ex-ministros Barros Munhoz (Agricultura) e Coutinho Jorge (Meio-Ambiente), indicados respectivamente por Fleury e por seu aliado Jäder Barbalho, governador do Pará.

No final tudo terminou em pizza. O presidente estuda uma compensação ao PMDB, para repor os cargos perdidos. Orestes Quécia reafirmou sua autoridade no partido: apoiou a ruptura mas negociou, no momento exato, a reaproximação com o Planalto. Fleury perdeu dois cargos importantes e depois, quando os demais caciques decidiram reconciliar com o governo, não teve peito de manter sua estranha e desastrada atitude oposicionista.

O SOM NA MEDIDA DE SUA NECESSIDADE

A **DISKSOM** produz equipamentos de qualidade para serem usados em qualquer ambiente, parado ou em movimento. O funcionamento é muito simples, funciona com a bateria do carro e você investe pouco e uma vez só.

GARANTIA DE 180 DIAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA .

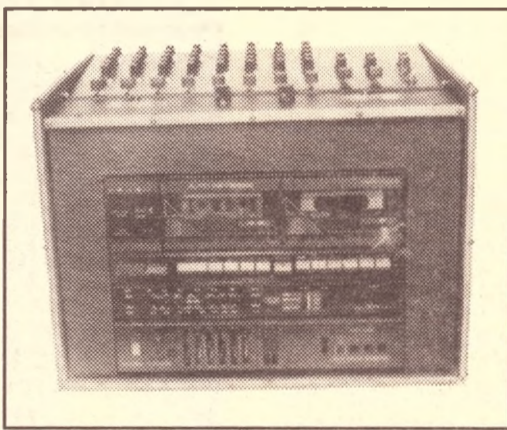
DESENVOLVEMOS
PROJETOS E MONTAGENS
ESPECIAIS PARA ÔNIBUS,
CAMINHÕES COM VÍDEO
E AUDITÓRIO.

CONVERSE CONOSCO

VADO OU VANESSA
FONE (011) 34.7244

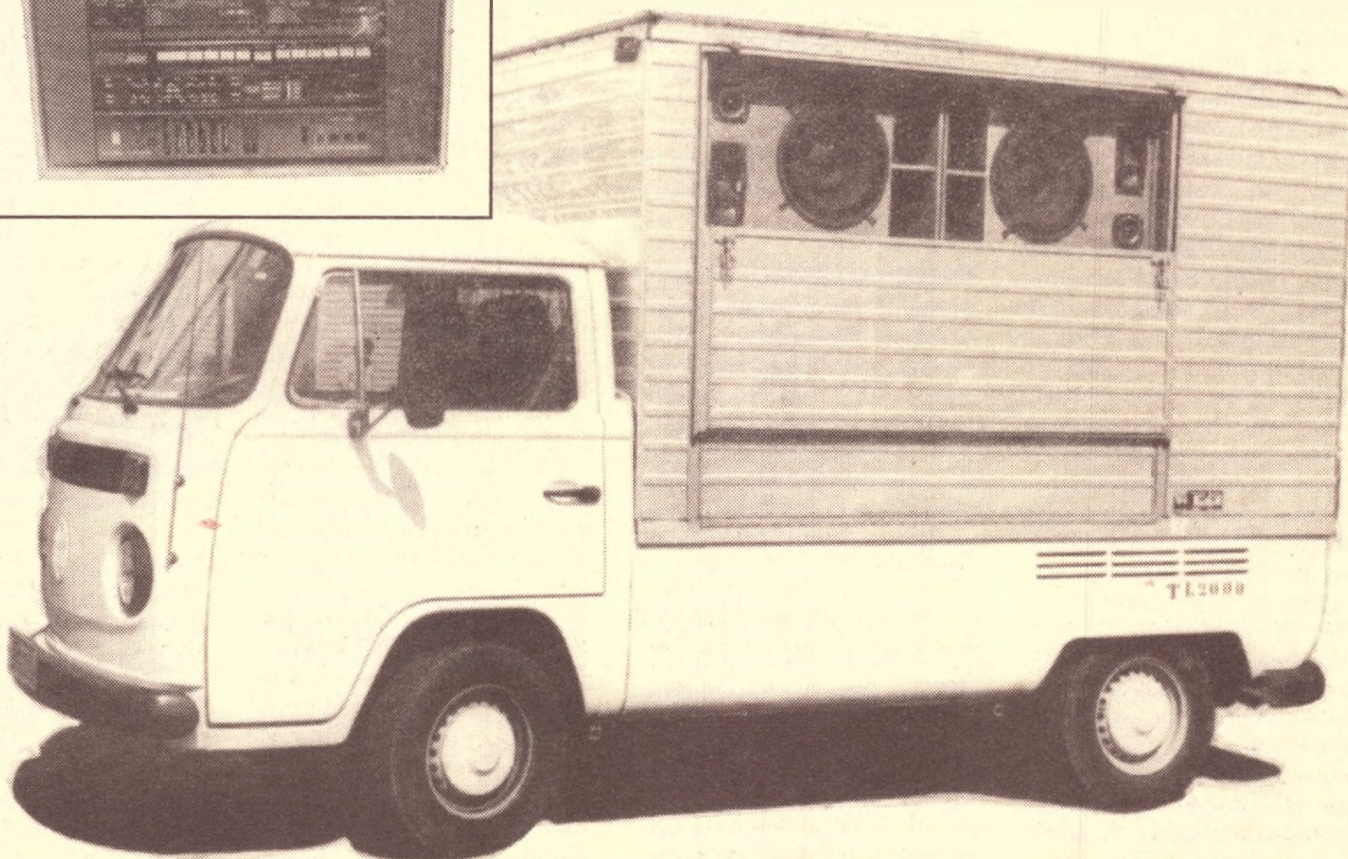
DISK SOM

COMÉRCIO E MANUTENÇÃO



KOMBÃO

1.450 WATS DE POTÊNCIA. GABINETE COM MESA, DUPLO DECK, MICROFONE. 6 CAIXAS PROFISSIONAIS, BAÚ COM PALANQUE OPCIONAL. POSSIBILIDADE DE UTILIZAR GABINETE PARA SONORIZAR AUDITÓRIOS.



RUA SILVEIRA MARTINS, 12 - CENTRO, PRÓXIMO À PRAÇA DA SÉ - SÃO PAULO/SP - FAX (011) 35.0717

ALOYSIO BIONDI

O jornalista Aloysio Biondi, colunista da Folha de São Paulo e comentarista da Rádio Eldorado AM, tem se notabilizado por criticar a equipe do Ministério da Fazenda por prática de manipulação de dados econômicos. Segundo o jornalista, que já provocou um desmentido feito pelo próprio Fernando Henrique, a equipe econômica exagera déficits, dívidas e até mesmo a subida da inflação.

Como se dá a manipulação de dados da equipe econômica?

A manipulação de dados do orçamento vem da época do Mailson da Nóbrega, no governo Sarney, que foi uma pessoa que manipulou adoidado. Primeiro, o objetivo é divulgar dados que o estado está falido e aí você abre caminho para a política de privatização, você facilita a defesa de reformas que supostamente modernizariam a economia. Você realmente consegue colocar na cabeça das pessoas que o Estado está inviabilizado, está falido, etc e tal. Um estudo da própria Secretaria da Receita Federal, realizado com as 500 maiores empresas do Brasil, demonstra que 70% delas não vinham pagando impostos. O nível de sonegação é superior a 50%. Os governantes, ministros e burocratas que ficam em Brasília, afirmando que o Estado está falido, deveriam ser presos, no mínimo, por prevaricação. Como é que você tem pessoas encarregadas de receber impostos e que, na verdade, se omitem completamente? A verdade é que havia um acordo, inclusive político, para o empresariado que entrou nessa história de "modernização" continuasse sonegando. No caso do Eliseu, por exemplo, quando ele fez o tal Programa de Ação Imediata, o quadro de evolução de impostos não mostrava a taxa de crescimento dos 18% na arrecadação. Ao contrário, na maioria dos impostos previa-se estabilização ou queda. Previa-se aumento na arrecadação global apenas em função do IMPF, que seria criado, e do aumento da contribuição da Previdência do funcionalismo público, que só contribuía com 6%, e havia o projeto de passar para 9% e 12%. Então, não se tratava de aumento de arrecadação promovido pela equipe ministerial, através da reativação da economia e combate à sonegação. Era uma previsão de aumento de arrecadação em função de dois novos impostos. Eu não vou nem citar nomes, mas quem estava assessorando o Eliseu Rezende no ajuste fiscal e continua assessorando o Fernando Henrique Cardoso são os caras da época da ditadura, são os caras do PFL.

O que eles querem com isso?

E eu não estou falando nem da sucessão presidencial, eu estou falando de uma coisa maior do jogo do poder, que é a vitória da tese do estado falido. É o cunho ideológico que eles estão colocando na cabeça da gente. O Fernando Henrique antes de ser ministro diria a mesma coisa que eu estou dizendo. Insistiam que o estado estava falido e que a dívida era gigantesca e a causa da inflação era o déficit e a dívida. Tudo isto foi desmentido da noite para o dia. Eu insisto nisso, desde a época do Mailson. A dívida interna há muito tempo está em torno de 10% do PIB,

hoje estimado em 400 bilhões de dólares quando na maioria dos países ela alcança 40% do PIB e nos Estados Unidos, 100%. Isto quer dizer, na verdade que o Brasil é pouco endividado. E o Fernando Henrique também dizia isso, sabia que este discurso era o ideário dos conservadores que venderam toda esta história que o Collor acabou assumindo.

Por que houve esta mudança na posição do FHC?

Quando os nossos políticos chegam ao Ministério, eles até chegam com um discurso realista de que a situação não é tão ruim como dizem os que estavam lá... Mas de repente assumem um comportamento de ministro da ditadura. A sensação que a gente tem é que o FMI não abre mesmo mão e que eles aceitam suas determinações...

A manipulação é ostensiva. Antes, em toda virada de mês, dia 1º ou 2, saía uma prévia da arrecadação, manipulada, mas pelo menos saía eu podia dizer: está manipulado, estão lançando juros pagos como despesa e juros recebidos como receita. Para se



ler jornal no Brasil, basta você se fixar no último parágrafo, o resto é sempre o que o governo quer. No dia de hoje, 28 de setembro, a Folha de S. Paulo noticia que o Tesouro volta a registrar déficit em agosto de 100 bilhões de cruzeiros. Eu prefiro me fixar no último parágrafo que revela crescimento de arrecadação mensal do país. Isto acontece só agora porque foi aprovado o aumento da contribuição do funcionalismo e há todo este combate à sonegação.

O grave desta história é que todos estes programas de corte se devem a informações deste tipo, que não há dinheiro. Eu fico abismado que não acontece nada no Congresso, incluídos aí até mesmo os partidos de esquerda.

Quanto à política salarial, do reajuste de 100% para o funcionalismo público, também houve manipulação de números como o Jânio de Freitas denunciou?

A questão do salário é também outra coisa vergonhosa. O Mailson também dizia que ele chegava a 80% da arrecadação e eu todo dia dava manchete que salário

pesa só 30% a 32%. Existem outros macetezinhos. Quando foram discutir o novo orçamento, não contentes em apresentarem um grande rombo para este ano, eles vieram com a história de que 94 será pior que 93. Déficit de 50 bilhões de dólares, depois de 44 e no dia seguinte de 30, e que acabou "reduzido" por eles mesmos para 20 ou 25. Os motivos deste déficit segundo a equipe econômica, referem-se, entre outros itens a um aumento do gasto público com o funcionalismo. Mas os dados específicos do funcionalismo foram contestados pelo próprio Barelli. A equipe previu um crescimento de PIB de 2,5% para o ano que vem, já tem previsão de 3,5%, um por cento a mais. Como a arrecadação equivale a 20% do PIB, se o PIB cresce a mais... O estudo do Dieese na época mostrava o jogo: superestimava-se as despesas e subestimava-se a receita, prevendo um crescimento econômico muito menor do que seria possível na realidade.

Este estudo foi distribuído na saída da reunião com o Barelli, os repórteres não entraram mas tiveram o estudo na mão e quem publicou foi o Jânio. Vai ver que eles não consideraram relevante, vai saber... Você me pergunta da imprensa...!

Apesar de o Fernando Henrique afirmar que não tinha um plano, a Gazeta Mercantil estampa hoje uma manchete sobre o choque fiscal. Como você analisa isto?

Eu não acho que venha um choque como anteriores, como o confisco, maseu acho que vem um plano tão prejudicial como os outros, acho que vem uma coisa complicada, tipo âncora, criação de duas moedas. Mais uma vez, pouca gente vai ganhar e tirar partido da situação. Para mim, 80% deste plano é para encobrir negociatas das privatizações e acelerá-las. Primeiro, porque não há sequer garantia que o plano vai dar certo, já que a sociedade está escaldada. Se tiver duas moedas como eles querem, serão sofisticadas muito grandes, sem a mínima necessidade. Há outros caminhos. O aumento da cesta básica, por exemplo, foi menor em agosto e os caras nem abriram a boca para falar nisso, não interessa.

Por que não interessa?

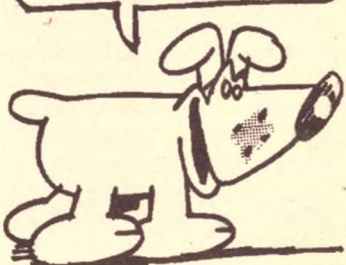
Se pegarmos o plano Cruzado, por exemplo, vamos ver que se tratava de uma iniciativa histórica para se extinguir a correção monetária. Mas, de contrabando o Cruzado trouxe a política mais monstruosa que podia ter acontecido no Brasil. Uma equipe de economistas decidiu deflacionar os empréstimos. Empréstimos de dez e quinze anos, tiveram desconto da inflação e só faltou os devedores receberem dinheiro de volta. O plano que está sendo preparado será recessivo e seremos nós quem iremos pagar de novo. Mas quem atua no mercado financeiro, vai se virar e vai ganhar. Você não precisa de choque para ter mudanças. Por exemplo, amanhã mesmo, eu posso parar de corrigir o dólar por dia. Outra coisa: se o salário é uma fatia dos custos da empresa, e se ele está abaixo da inflação, as empresas não tinham que reajustar seus preços acima da inflação da forma que fazem. Os cálculos do Dieese já mostram isso.

Você acha que este plano é uma exigência do FMI?

Perfeitamente, eu acho que é uma exigência. E a equipe ministerial tem aceito isto e não faz a discussão com a sociedade porque ela acha necessário atender o FMI. Prefere ficar mentindo e manipulando dados.

ENTREVISTA A ADÉLIA CHAGAS

O CHATO NOS GOLPISTAS É QUE ELAS SEMPRE DIZEM QUE É PRA SALVAR A DEMOCRACIA!



AS LIÇÕES CHILENAS QUE NENHUM DE NÓS PODE ESQUECER

Joan Garcés estava no Palácio de la Moneda junto com o presidente Salvador Allende nas suas últimas horas de vida. Garcés recebeu do presidente ordem para fugir para que alguém do círculo do poder pudesse descrever e analisar aqueles anos de governo popular.

ALLENDE E AS ARMAS DA POLÍTICA

Uma obra que deve ser lida e refletida com particular atenção pelos brasileiros que aceitam os desafios e os riscos das grandes mudanças.

PROMOÇÃO

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à Editora Página Aberta Ltda. Rua Dona Germaine Burchard, 286 — Perdizes — São Paulo — SP — cep 05002-061 — Fone: (011) 262-1155

Nome:
Endereço:
Cidade: UF:
Quantidade:

Promoção válida até 31 de outubro.

Preço: CR\$ 3.820,00
com 30% de desconto
CR\$ 2.674,00

336 páginas,
com gráficos e tabelas

SCRITTA
EDITORIAL

SEM PORTEIRA

JOSÉ CORRÊA

POLÔNIA. Os ex-comunistas da Aliança da Esquerda Democrática emergiram como os grandes vitoriosos da eleição de 19 de setembro, conquistando 20% dos votos. O Partido Campônês, antigo partido satélite dos comunistas, obteve 15% dos votos. O partido da primeira-ministra Hanna Suchocka, a União Democrática, obteve 12%, e o Solidariedade apenas 5%. Com o novo governo, as reformas de introdução do capitalismo passarão a ser implementadas em um ritmo mais vagaroso.

ELEIÇÃO EM HAMBURGO. As eleições municipais na importante cidade-estado alemã mostraram as principais tendências presentes no cenário político do país. Embora os social-democratas tenham obtido 40% dos votos, caíram muito. Uma parte do seu eleitorado migrou para os neonazistas e a extrema-direita, que tiveram 20% dos votos. Os democrata-cristãos obtiveram 25% dos votos, numa mostra do desprestígio do governo Kohl. Os verdes dobraram sua votação, chegando a 14%. E um partido contra os políticos obteve 6%. Os eleitores alemães parecem estar muito descontentes com seus governantes!

PLANO DE SAÚDE. O presidente Clinton apresentou o seu plano de saúde, uma de suas principais promessas eleitorais. Ele propõe uma universalização do seguro médico e hospitalar, obrigando todas as empresas a estabelecerem convênios para seus empregados, arcando com 80% dos custos. Hoje os norte-americanos gastam 14% de sua renda com saúde. Com isso, o índice de popularidade de Clinton passou de 43 para 64%.

GEORGIA. Os rebeldes da Abkhazia que lutam pela independência cercaram a capital da região, Sukhumi. O presidente da Georgia, Eduard Shevardnadze, está comandando as tropas da Georgia que defendem a cidade numa posição muito difícil. Shevardnadze enfrenta ainda a oposição dos partidários do ex-presidente Gamsakhurdia, derrubado em dezembro de 1991.

EMBARGO DA UNITA. O Conselho de Segurança da ONU aprovou, no dia 15 de setembro, sanções contra a Unita, dirigido por Jonas Savimbi. Elas prevêm o embargo de armas e petróleo. A ONU acusa a Unita de ser responsável pela continuidade da guerra civil em Angola, o conflito que hoje está causando o maior número de vítimas no mundo.

NICARÁGUA. A greve de cinco dias dos transportadores contra o aumento de preços de gasolina e um imposto sobre a propriedade de veículos terminou com o recuo do governo de Violeta Chamorro, que foi obrigado a cancelar as medidas. Durante a greve duas pessoas morreram.

O golpe do presidente Boris Yeltsin, que em 21 de setembro dissolveu o Legislativo russo, surgiu como o desenlace natural de uma crise política que se arrastava já há quase um ano. Yeltsin teve o apoio das Forças Armadas, da ampla maioria das regiões e repúblicas da Federação e dos países ocidentais, marcando novas eleições legislativas para 11 e 12 de dezembro e a eleição presidencial para 12 de junho de 1994. Não ocorreu nenhuma reação popular expressiva de oposição ao golpe.

O golpe foi preparado com mais cuidado que as tentativas anteriores. Nas últimas semanas, Yeltsin visitou as principais unidades militares do país e deu aos soldados um aumento superior à média dos trabalhadores. O presidente russo costurou o apoio dos governos locais com uma série de concessões no terreno da autonomia política e econômica. E articulou o apoio dos governos dos principais países capitalistas, que foram antecipadamente avisados de sua iniciativa de fechar o Parlamento.

DINÂMICA DE CONFLITO. A crise russa vinha se manifestando, no terreno político, numa aparente dualidade de poderes entre o Conselho de Deputados do Povo (CDP) e a presidência, paralisando as mudanças econômicas na Rússia ao longo deste ano. O presidente da Federação russa foi paulatinamente construindo, a partir de março, as condições para se livrar de seus adversários do Parlamento, que no final ficaram falando sozinhos.

O choque inicial entre Yeltsin e o CDP foi resultado da velocidade das reformas econômicas vinculadas à introdução do capitalismo na Rússia. Em dezembro de 1992, o Parlamento impôs a demissão de Ygor Gaidar, o ultraliberal primeiro-ministro de Yeltsin, que pretendia implementar de forma "selvagem" o programa do FMI. A oposição às reformas unificou naquele momento uma heterogênea coalizão, majoritária no Legislativo da Federação e apoiada por importantes setores da burocracia de Estado. Contestado inclusive por antigos aliados, como o presidente do Parlamento, Ruslan Khasbulatov, Yeltsin tentou um golpe branco em 20 de março, mas foi obrigado a recuar devido à reação do CDP. Mas já dispunha, então, de uma importante margem de manobra: um pedido de *impeachment* do presidente foi recusado em 28 de março.

Yeltsin reagiu à negativa do Parlamento de aceitar suas diretivas (mas procurando si-

REUTERS



A cartada decisiva

Yeltsin quer tirar do caminho todos os opositores. Mas pode ter surpresas pela frente.

multaneamente negociar o Executivo), chamando um plebiscito para 25 de abril. Sem valor legal, ele foi utilizado por Yeltsin para legitimar-se; o presidente obteve o apoio de 60% dos votantes. Fortalecido pela consulta, o Executivo central passou a negociar com os governos regionais a elaboração de um projeto de Constituição que estabeleceria um regime forte presidencialista e um Parlamento bicameral, garantindo uma grande autonomia às regiões e repúblicas da Federação russa.

Enquanto no plano interno a disputa com o CDP impedia o presidente de tomar qualquer medida mais efetiva na implementação da continuidade das reformas econômicas, no plano externo Yeltsin acumulava vitórias importantes. A Rússia, Ucrânia e Bielarus constituíram, em julho, uma aliança econômica e em setembro Armênia, Bielarus, Casaquistão, Tadjiquistão e Usbequistão desistiram de emitir moedas próprias e aceitaram constituir uma zona do rublo, sob a tutela de Moscou. A Ucrânia trocou a Frota do Mar Negro e seu arsenal nuclear pelo cancelamento de parte das suas dívidas com a Rússia. E um acordo de defesa mútua foi

assinado com as repúblicas da Ásia Central e a Armênia. Com isso, a Rússia conseguiu restabelecer, no fundamental, seu controle sobre a Comunidade dos Estados Independentes. Apenas os países bálticos estão conseguindo manter uma autonomia efetiva frente a Moscou.

FRAGILIDADE DA OPOSIÇÃO. Nos meses posteriores ao confronto que culminou no plebiscito, o Parlamento vinha procurando se apresentar como um pólo alternativo de poder. Não construiu, porém, as condições políticas e organizativas para isso, apresentando-se antes como uma instância que se limitava a vetar uma série de iniciativas da presidência, principalmente na área de política econômica, já que lhe cabia o controle do Banco Central.

A fraqueza da posição relativa dos opositores do presidente russo pode ser explicada por motivos tanto políticos como sociais. Os setores majoritários no Parlamento estavam descontentes com os efeitos gerais das reformas pró-capitalistas, mas não tinham um rumo alternativo a propor. Socialmente, os deputados russos expressavam majoritariamente os interesses da

mesma camada burocrática da qual saiu Yeltsin e os setores do governo que hoje estão se transformando em capitalistas pela apropriação privada das propriedades estatais.

Assim, predominava na ação do Parlamento uma oposição fisiológica, que negociava todo o tempo a troca de favores - e Yeltsin avançou sobre os setores que lhe opunham resistência desta forma, comprando-os com cargos e verbas, fossem governos regionais, setores do aparato de Estado ou parlamentares. Temerosos de que na eventualidade de uma nova eleição legislativa perderiam seus cargos, os deputados não levantaram em momento nenhum a proposta de novas eleições gerais (legislativas e presidenciais), rejeitada também por Yeltsin, onde a possibilidade de resolução democrática do impasse seria colocada nas mãos dos eleitores.

PERSPECTIVAS. O fechamento do Parlamento e a convocação, sob novas bases, de eleições para dezembro transformam o cenário político russo. Velhas instituições herdadas do período Gorbachev e do domínio estalinista vão sendo deslocadas e, no espaço aberto, a protoburguesia russa procura estabelecer os alicerces para continuar empreendendo a transição ao capitalismo e montar outro sistema de dominação. As elites burocráticas organizadas em torno das velhas instituições não foram despojadas de todo poder, mas estão agora numa posição mais vulnerável para negociar com os setores pró-capitalistas que detêm a iniciativa. Procuram agora negociar/pressionar Yeltsin para que aceite eleições simultâneas para o Parlamento e a presidência, que o presidente russo já disse que não aceita.

A transição para o capitalismo não poderá ser bem-sucedida sem a ação de um Estado forte. Yeltsin está eliminando seus rivais no centro da Federação. Mas isso não significa que esteja constituindo um governo forte. O preço que ele está tendo que pagar para isso é inflar um aparato de Estado completamente desorganizado com a assimilação de seus antigos adversários, e principalmente reforçar ainda mais a dinâmica centrífuga do federativismo e da autonomia regional. Estes fatores podem facilitar a expressão do descontentamento com as reformas pró-capitalistas. É bom lembrar do resultado das recentes eleições na Polônia e na Lituânia, ganhas por ex-comunistas adversários das reformas em curso. A Rússia promete ainda muitas surpresas!

JOSÉ CORRÊA LEITE

O preço da estabilidade

Por trás do sucesso do Plano Cavallo, há miséria, desemprego, inflação e um baita déficit comercial.

Depois de muitos anos de inflação, a estabilidade é um bom negócio eleitoral. Esta foi a grande descoberta do ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, que em abril de 1991 fixou por lei a paridade de 1 por 1 entre o peso e o dólar.

Trinta meses depois, a moeda norte-americana continua com a mesma cotação. E em agosto passado o governo anunciou o zero por cento de inflação. O presidente Carlos Menem acredita que este "milagre argentino" lhe dará a vitória nas eleições legislativas do próximo 3 de outubro, o que tornará possível reformar a Constituição em novembro para permitir a sua reeleição em 1995. Ele quer suceder a si mesmo na Casa Rosada.

Neste caminho de êxitos, contudo, há algumas pedras. Por exemplo: a batalha entre o presidente e seu ministro. Como os prazos para reformar ou não a Constituição são decisivos, analistas, comentaristas e dirigentes dedicam-se quase que exclusivamente a resolver um enigma: o "milagre argentino" se explica pela destreza de Cavallo e sua amizade com as autoridades do Fundo Monetário Internacional? Ou será pelo fato de Menem e a direção sindical integrarem o mesmo partido-mais ainda: aquele foi levado à vitória por estes -, o que lhe permitiu impor o plano de ajuste, privatizar tudo (telefones, petróleo, ferrovias, linhas aéreas, minas e até a previdência e rodovias nacionais), congelar os salários, abrir as portas à importação massiva e dar lugar a um crescimento acentuado do desemprego, sem uma só das onze greves gerais que, por muito menos, teve que enfrentar o governo anterior, de Raul Alfonsín, empenhado nos mesmos objetivos?

Da resposta a esta incógnita depende o apoio de senadores e deputados à proposta de permissão da reeleição presidencial na reforma constitucional.

SURPRESAS. O presidente confia no resultado desse debate. Mas a felicidade nunca é completa, e nas últimas semanas surgiu outra polêmica, que não envolve os dirigentes dos dois partidos empenhados em ganhar a eleição, mas os grupos empresariais, seus porta-vozes diretos e os economistas mais destacados por seu apoio ao Plano Cavallo.

Nesta disputa o tema é mais concreto: pode-se manter ou não, por um minuto mais, a política econômica atual e, em particular, a paridade da moeda argentina com o dólar?

As respostas surpreenderam. Alvaro Alsogaray é um ultraliberal e obstinado antiperonista, cujo programa foi assumido por Menem horas



Cavallo vende ilusão. Fernando Henrique comprará?

depois de ganhar as eleições de 1989, nomeando-o assessor pessoal e designando sua filha, Maria Júlia, como interventora para privatizar a empresa telefônica e, em seguida, a siderúrgica Somisa. Apesar destes antecedentes, Alsogaray comoveu o mundo político ao declarar, em plena campanha eleitoral, que é urgente acabar com a convertibilidade e deixar que o preço do dólar seja fixado pelo mercado. Horas depois, o economista-mor do partido governista e ex-secretário de Pogramação Econômica, Domingo Curia, assegurou que havia feito chegar ao presidente a mesma opinião, mas pensava torná-la pública só depois das eleições. "Há que se desativar já a bomba do dólar, antes que seja tarde demais", dizem em dueto, mostrando a fratura profunda que divide os mais poderosos grupos econômicos.

MEDO. Pouco depois, numa mesa redonda organizada pelo semanário *El Economista*, Miguel Angel Broda, um consultor de peso nos círculos financeiros, intimamente associado com o Plano Cavallo, sustentou: "O modelo tem tido êxito e é um ticket seguro, mas na minha concepção estamos hipotecando o êxito". O estado de ânimo dos defensores do Plano Cavallo

foi resumido pelo mesmo Broda, quando reiterou que "estamos transitando por um caminho perigoso" e arrematou: "Tenho medo".

Ele tem boas razões para isso. De fato, o plano de convertibilidade não teve em nenhum momento uma base econômica sólida. Seu êxito baseia-se apenas no respaldo direto que lhe brindou o embaixador dos Estados Unidos, Terence Todman - que tomou em suas mãos a tarefa de disciplinar os diversos grupos que disputam a renda nacional - e na falta de uma resposta por parte dos trabalhadores. Agora, quando começa a se delinear um bloco social de oposição e recrudescem as disputas intersetoriais sem que ninguém se mostre capaz de arbitrá-las, a realidade torna-se visível.

E o que se vê é alarmante. A estabilidade permitiu a restituição do crédito e ambos os fatores caíram como um bálsamo sobre a opinião pública em geral. E muito particularmente sobre os setores mais carentes: o preço do pão, mate, batata, vinho e leite se manteve e até caiu levemente. O efeito psicológico permitiu ganhar as eleições de 1991 já defendendo explicitamente o plano ultraliberal e com o ministro da Economia fazendo campanha. E ainda se mantém, em boa medida, garan-

tindo um desempenho aceitável do partido governista em 3 de outubro.

A INFLAÇÃO CONTINUA. O custo, sem dúvida, tem indícios de catástrofe. Com apenas dois preços fixados por lei - dólar e salários - e os demais liberados à vontade do "mercado", nos 30 meses de "estabilidade", de acordo com as cifras oficiais, houve uma inflação de 60% (as contas podem ser feitas de outra maneira: em agosto, mês de inflação zero, aumentam o transporte, o gás, os aluguéis e a carne, se bem que é certo que baratearam o uísque e os perfumes franceses).

Apesar da receita excepcional conseguida com a privatização de empresas públicas e do notável incremento das receitas fiscais, este ano haverá um déficit na balança de pagamentos que ronda os 10 bilhões de dólares. Em cifras redondas, essa soma se compõe de um déficit de 4 bilhões de dólares na balança comercial (o setor automobilístico, por exemplo, exportou 600 milhões de dólares e importou 1,7 bilhão; a indústria de brinquedos, que empregava 29 mil operários, foi literalmente varrida pela importação; algo semelhante ocorre nos setores têxtil e de alimentação); outros 4 bilhões destinados a pagamentos da

dívida externa, de acordo com o refinanciamento através do Plano Brady; e uns 2 bilhões gastos por despreocupados turistas argentinos no exterior. Como contrapartida, o Banco Central tem 12 bilhões de dólares de reserva e não se espera um ingresso significativo de capitais do exterior.

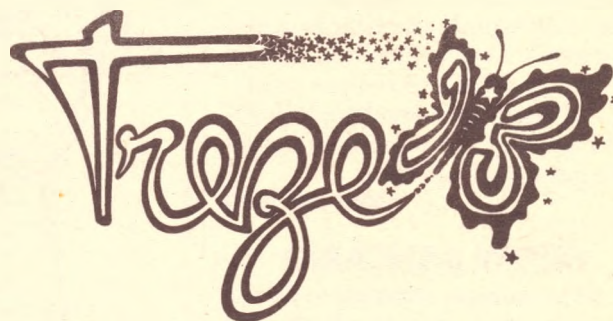
POBREZA. Enquanto isso, o desemprego subiu para 13,7% (depois de chegar a esta cifra, o Instituto Nacional de Estatística y Censo corrigiu esse número, anunciando 9,9%), o que, somando aos 14% de subempregados, dá um total de 3 milhões de pessoas paradas e 12 milhões de pessoas (uma em cada três habitantes) abaixo da linha de pobreza.

Neste clima, pela primeira vez em quatro anos se formou um bloco social opositor, encabeçado pelos sindicatos combativos reunidos no Congresso dos Trabalhadores Argentinos e integrado por pequenos empresários do campo, da indústria e o comércio, estudantes e aposentados, que em 2 de setembro passado realizaram um Congresso do Trabalho e da Produção e levantaram um programa de oposição ao plano econômico. Simultaneamente, se radicalizou a luta entre os grupos econômicos e a corja governista. E reapareceu a repressão. E como resposta a tudo, Cavallo assegurou a continuidade de seu programa e Menem justificou a onda de violência contra jornalistas, veiculada por bandos de caráter fascista, cuja vinculação direta com o presidente tem sido exposta pela imprensa. Tudo isso está longe de assegurar a cambaleante estabilidade. E não contribui para ganhar votos.

LUIS BILBAO
de Buenos Aires



**MAIOR VARIEDADE E
MELHOR QUALIDADE
COM AS MELHORES
CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO**



LOJA CDM - PT - SP

UMA LOJA PARA QUEM NÃO TEM MEDO DE SER FELIZ

RUA PEDRO TAQUES, 70 - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO/SP 01415-010 - FONE: (011) 37-6651 - FAX: (011) 258-5761

CONIVÊNCIA

A Constituição fixou a data de 5 de outubro como prazo final para que todas as áreas indígenas do país estivessem demarcadas, mas a meta não será cumprida por falta de vontade política do governo, pressionado por latifundiários, madeireiros e empresas mineradoras.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília

O REI DO ARROCHO

A política de desmonte da educação promovida pelos quatro últimos governos de S. Paulo ficou evidente numa pesquisa que a A-peoesp divulgou à imprensa dia 25. Nos últimos trinta anos os vencimentos dos professores da rede estadual perderam 88% de seu poder de compra. O salário de um professor de nível universitário, para jornada de vinte horas-aula, equivalia a Cr\$ 98,5 mil em março de 1963; e caiu para Cr\$ 11,3 mil agora. O governador Fleury ainda não está satisfeito com o arrocho. Num período de inflação mensal de 35%, ele está propondo à categoria, que completou quarenta dias de greve em 26/9, reajustes de 11% ao mês, até o fim do ano.

JÚLIO VIANA

CABIDE DE EMPREGOS

Os políticos neoliberais que defendem interesses dos empresários que querem sugar tudo do estado, ganhando de mão beijada as empresas que se dizem "privatizadas" mentem descaradamente quando afirmam que o Estado brasileiro é inchado, que cobra muito imposto e é um cabide de empregos. Segundo o *The World Competiveness Report*, em 1990 (portanto antes da "privatizações" que depenaram o Brasil mais ainda), a receita de impostos no Brasil equivale a 15% do PIB (Produto Interno Bruto) e o número de empregos no governo é de 5% do total de empregos do país. Nos Estados Unidos, os impostos são 18% do PIB e os empregos no governo 15% do total. Na Suécia, os impostos são de 37% do PIB e os empregos no governo 33% do total. Em nenhum dos 15 países desenvolvidos da pesquisa o estado é menos "inchado" que no Brasil. Na Holanda os impostos chegam a 46% do PIB e na Bélgica 43%. Na Dinamarca os empregos no governo são 29% do total e na Austrália 25%.

MARIA BARBOSA

PROTESTO DE NASSIF

O jornalista Luiz Nassif, da *Folha de S. Paulo* e da Agência Dinheiro Vivo, criticou o PT por ter levado ao ar em seu programa de TV do dia 23 de setembro uma entrevista sua, denunciando irregularidades no processo de privatização de empresas estatais. O jornalista alegou que, além de não ter sido consultado sobre o uso de sua entrevista num programa político (disse ter pensado que lea seria veiculada no programa Olhar Brasileiro, da TV Record, produzido pela mesma TV dos Trabalhadores que produziu o programa petista), a edição do programa teria desprezado trechos importantes de seu depoimento. O secretário-Geral do PT, Gilberto Carvalho, enviou carta pedindo desculpas ao jornalista, embora deixasse claro que o partido havia sido informado com antecedência pela TV-T da existência de autorização de uso do material. O mal-entendido, portanto, limitou-se à relação entre a produtora e Nassif, não envolvendo o PT, como ele chegou a sugerir em sua coluna dominical na *Folha*.

JOSÉ AMÉRICO

SHOW BANCÁRIO

O jornalismo alternativo dá um show no ar. O programa Rádio dos Bancários, veiculado de 7h00 às 9h00 horas de segunda a sexta-feira, na rádio Gazeta 890 AM, em São Paulo, chega a atingir em média 5 pontos de audiência, ultrapassando o jornal da

FREDERICO ROZARIO/FOLHA IMAGEM



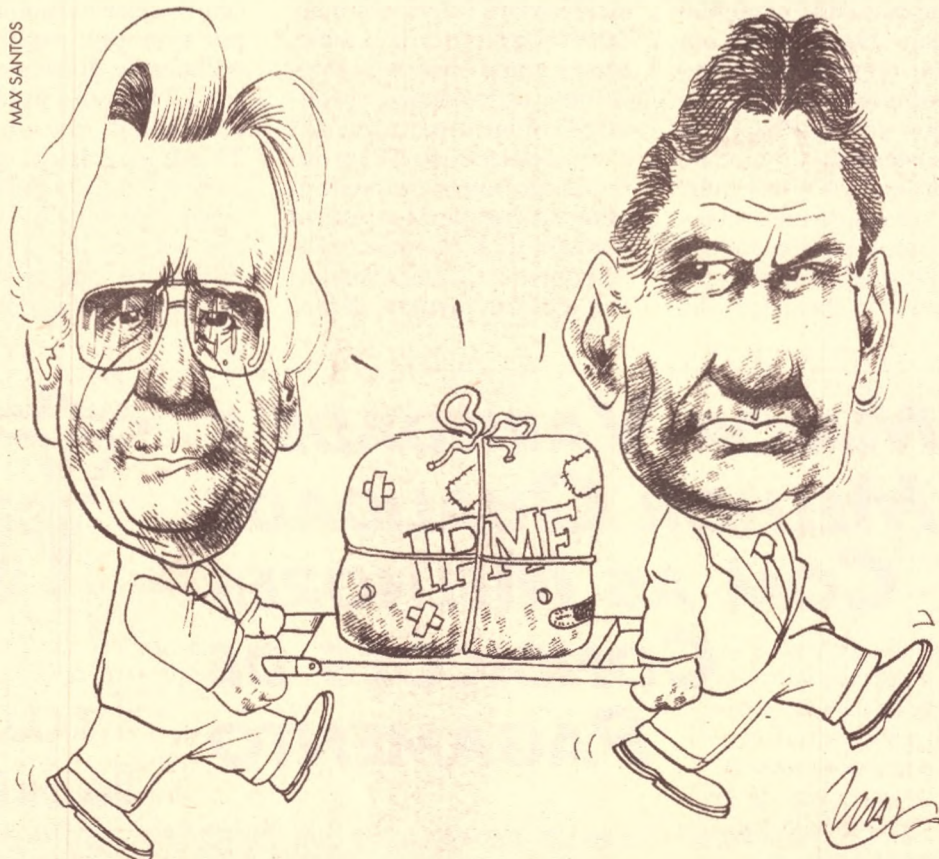
A GUERRA DO RIO

Quem duvida que há uma guerra civil em andamento no Brasil, com um dos principais campos de batalha nas favelas do Rio, deve ter perdido a ilusão no último dia 28 quando, num combate violentíssimo, traficantes de drogas usando armas modernas de guerra enfrentaram centenas de policiais durante horas.

Segundo as informações, no mínimo 50 granadas foram jogadas contra a polícia, e o chefe da quadrilha que dominava a favela do Coroadó, perto de Acari, na zona norte do Rio, teria fugido derrubando paredes com granadas, como nos filmes.

As cenas eram mesmo parecidas com filmes. Mas a realidade é bem mais trágica: sobraram 8 mortos (até a noite do dia 28), muitos feridos e 13 presos. E um medo aumentado, a certeza de que o caos social está levando o país a algo pior do que o constatado por Gil e Caetano, quando dizem em sua música que "o Haiti é aqui". Estamos mais com ares de ex-Iugoslávia, de Bósnia-Herzegovina. A solução? Bem, a opção que empresários, economistas e políticos neoliberais nos apresentam é continuar nessa política suicida, que conduz a mais miséria e mais marginalização, vindo com certeza mais violência. Para enfrentar isso, o diretor da polícia federal que não consegue (será que quer?) prender PC Farias, o coronel Wilson Romão falou de um plano para ocupar as favelas cariocas pelas polícias civil e militar reforçadas pelo Exército. Belo futuro nos espera!

SÍLVIA DE SOUZA BARBOSA
do Rio de Janeiro



MAX SANTOS

REIO

Eldorado AM. É isso mesmo, a rádio dos bancários estreou no começo do ano passado, com uma hora de programação, fez uma parada e retomou em abril deste ano com 2 horas para ampliar as reportagens ao vivo, o humor e todo espaço para equipe de comentaristas como Arnaldo Jabor, Sócrates e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e a participação dos ouvintes. Além dos jornalistas Sérgio Pinto de Almeida e José Trajano, que são âncoras no horário.

ADÉLIA CHAGAS

PIRATARIA

Madeireiros da Grã-Bretanha saqueiam o Brasil, negociando madeiras roubadas de áreas indígenas de Rondônia e do sul do Pará. Daniel Kemp, dono da Timbmet, uma das maiores madeireiras da Inglaterra, é um desses piratas modernos. No final de maio, nervoso com a manifestação de ecologistas que protestavam diante de sua empresa em Oxford, ele declarou que estava mais preocupado em garantir os empregos de seus empregados do que a vida dos índios no Brasil. "No Brasil", disse ele, "a vida não tem tanto valor como no mundo ocidental".

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília

O BOCA ABERTA

A curiosa - e insaciável - atração do professor Fernando Henrique Cardoso pelos microfones forçou o Banco Central a desfazer-se de 900 milhões de dólares, no dia 17, uma sexta-feira. O "príncipe dos sociólogos" alardeou logo de manhã que o governo preparava a unificação das taxas de câmbio - a oficial e a paralela. Como era previsível, os aplicadores interpretaram como um sinal de valorização brusca do dólar, e iniciaram uma corrida em busca da moeda americana.

Para evitar uma alta explosiva das cotações, o Banco Central torrou reservas naquele mesmo dia. Ainda assim não foi suficiente: US\$ 500 milhões deixaram o país em algumas horas. Na segunda-feira, para seduzir os aplicadores e estancar a sangria, o governo foi obrigado a elevar as taxas de juros, que agora voltaram ao patamar de 20% ao ano, além da inflação.

JÚLIO VIANA

FLEURY IRREDUTÍVEL

Apesar de todos os tombos, Fleury só consegue provar que é duro na queda. A greve dos professores, de São Paulo, que até o fechamento desta edição completava 42 dias não vê qualquer aceno de negociação com o governador quanto à política salarial. Fleury se mantém inflexível como sempre. A única proposta que se dispõe a conversar é o repasse de 30% do ICMS para 1994 destinado ao ensino de 1º e 2º graus tão pleiteado. Mas salário, nem pensar.

ADÉLIA CHAGAS

A singularidade plural

O criador de *Macunaíma*, Mário Raul de Moraes Andrade, nasceu há cem anos, em 9 de outubro de 1893, no número 320 da rua Aurora, centro de São Paulo. E sempre na capital paulista - com intervalo para viagens pelos brasis e uma temporada em que tentou viver no "exílio", no Rio - viveu no Largo Paisandu e na Rua Lopes Chaves, na Barra Funda, onde faleceu em 25 de fevereiro de 1945.

A partir de sua morte, mais do que em vida, o pai de *Macunaíma*, de "desvirtudes" quase netas de Leonardo Pataca das *Memórias de um sargento de milícias*, cresceu como personalidade vívida, influenciadora e das mais reinterpretadas nesta segunda metade do século. No país do "não li e não gostei", espécie relapsa de apologia à ignorância e ao obscurantismo, Mário tem sido mais "folclorizado" do que lido. E mesmo pelos que o exaltam ou o criticam. Tirante os casos de *Macunaíma*, de *Amar, verbo intransitivo* e de alguns contos em antologias ou adotados em escolas, circulação também determinada por fatores extra ou paraliterários, como o cinema e o teatro, a obra de Mário de Andrade continua orbitando no circuito pequeno dos iniciados. *Macunaíma*, como vendagem, só aconteceu após versão cinematográfica de Joaquim Pedro de Andrade e montagem teatral dirigida por Antunes Filho.

PROFUSÃO DE CARTAS. O ensaísta Mário de Andrade - para alguns a sua qualidade maior -, o cronista e o autor de um livro extraordinário como *O carro da miséria* é pouco lido e freqüentado.

Ele foi o nosso maior espistológrafo. Escreveu no mínimo 3 mil cartas, e entre os seus destinatários estão Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Duarte, Sérgio Milliet, Oneyda Alvarenga, Anita Malfatti, Moacir Werneck de Castro, Câmara Cascudo, Murilo Miranda...

"A sua correspondência encherá volumes e será porventura o maior monumento do gênero, em língua portuguesa: terá devotos fervorosos e apenas ela permitirá uma vista completa da sua obra e do seu espírito" (Antonio Candido).

Era madrugador, dormia muito pouco e tinha sentimento de religiosidade diante do trabalho. Carlos Drummond de Andrade, sobre a atividade intelectual de Mário: "Nenhum outro autor brasileiro escreveu com tamanha profusão e tanta originalidade".

Os que o atacam, catam e remexem, ranzinzas, as derapagens e os entusiasmos da

REPRODUÇÃO/AE



Muito citado e pouco lido, ele foi um de nossos maiores trabalhadores intelectuais.

juventude e de uma personalidade, multifacetada, cavam razões que a própria razão ignora. Mário seria, segundo alguns detratores, cultor de sua própria personalidade, a ponto de ser o mais fotografado, desenhado ou pintado dos escritores brasileiros em todos os tempos...

O número torrencial de cartas aos amigos, escritores, artistas, intelectuais de várias áreas e geografias seria forma indireta e mal dissimulada de preservar a memória de si mesmo... Questionável pequenez.



REPRODUÇÃO/AE

LOAS E EPÍTETOS. Os que o elogiam são palavrosos, gorda maioria. E os títulos sobejam: "Papa do Modernismo", "Enciclopédia Viva", "Oráculo dos Novos". Há quem lamente não tê-lo conhecido melhor, em principal quando por intolerância político-partidária. Paulo Mendes Campos me garantiu que o melhor ensaio sobre a arte do maior dos artistas brasileiros, o Aleijadinho, era disparadamente o de Mário, escrito em 1928 e publicado em 1935 com o título "O Aleijadinho e sua posição nacional".

Há uma característica ausente os títulos que dão a Mário. Enquanto escritor e homem de pensamento e ação, ele foi, num sentido amplo,

um dos descobridores do Brasil, na medida em que soube olhar para dentro deste país, não só o litorâneo. Um risco pioneiro. Para tanto, usou uma cultura geral grande para a época, não só nos ensaios, mas como romancista, contista, musicógrafo, crítico, jornalista, professor, cronista, raposo, poeta, pesquisador antiacadêmico, conferencista, epistológrafo, teórico de arte...

Reduzi-lo a um homem de pensamento brasileiro e nacionalista fica pequeno. Esteticamente, vá lá, por perseguir uma língua nacional, nova, colorida, viva, gingada e nisso jogar um esforço grande e trabalhador; mas como pensamento atirou num plano americano e internacional.

AGITADOR. De Manuel Bandeira, sobre esta faceta de Mário: "Não lhe satisfazia a solução regionalista, criando uma espécie de exotismo dentro do Brasil e excluindo ao mesmo tempo a parte progressista com que o Brasil concorre para a civilização do mundo. Uma hábil mistura das realidades parecia-lhe a solução capaz de concretizar uma realidade brasileira em marcha. Brasilizar o brasileiro num sentido total, patriarizar a pátria ainda tão despatriada, quer dizer, influir para a unificação psicológica do Brasil - tal lhe pareceu que devia ser sempre a finalidade de sua obra, mais exemplo do que criação".

Por óbvio, o lugar enorme de Mário de Andrade continua vago: o divulgador e o agitador de idéias novas, criador de escolas, inovador da coisa pública cultural, destruidor de preconceitos, conhecedor de estética ainda não superado... impossível organizar uma antologia do conto, da crônica ou do ensaio brasileiros sem a sua presença... e *Macunaíma*, brejeiro tiro-na-mosca, cresce desdobrando em outras obras e desdobras de arte à medida que se retonifica como arquétipo brasileiro e avança no tempo.

Tratando-se de Mário, difícil evitar uma classificação: não é arriscado se dizer que foi um dos mais sérios, provavelmente o maior trabalhador intelectual brasileiro deste século.

JOÃO ANTÔNIO
do Rio de Janeiro



DEU A LOUCA NOS ASTROS

O Brasil nasceu dia 7 de setembro de 1822, às 16h30, quando do Grito do Ipiranga. Este horário, contudo, é apenas uma referência para o estudo astrológico. Havia então uma conjunção entre os planetas Urano - "que é a revolução, a transformação, a libertação" - e Netuno, "a dissolução". O mesmo quadro se repetiu em 1989, quando Collor foi eleito presidente da República. Ele cumpriu com seu destino porque seu mapa está superligado com o da Independência e o da República no Brasil". É o que dizem os astros, segundo a astróloga e cientista política Bárbara Abramo, 39 anos, em entrevista a Hamilton Cardoso. Bárbara é astróloga desde 1980. Coursou as escolas Júpiter e Astrocenter de astrologia, mas considera que a maior parte de seus conhecimentos foram obtidos como autodidata. Trabalha como astróloga na Cooperativa Emanez Multidisciplinar, na capital paulista.



ENTREVISTA
BARBARA ABRAMO

Então, astrológicamente, Collor teve um papel positivo?

Teve. Porque, com o ascendente em Escorpião, ele mata mas morre junto. Inconscientemente, Collor se auto-imolou no processo de autopurificação e de limpeza por que o Brasil está passando. Um processo que vai começar a terminar em 97 e 98. Vivemos um processo de agudização e acirramento, que será marcado pela exposição brutal dos problemas que o país tentou esconder: o narcotráfico, as desigualdades sociais, polícia, tudo quanto é problema. A idéia do brasileiro cordial acabou em 1991. Esta quantidade de explosões anárquicas e autodestruidoras que o Brasil está vivendo hoje, como chacinas, extermínios, se constituíram numa espécie de enlouquecimento astral.

Mas no que vai dar tudo isto?

As coisas estão sendo determinadas por Urano-Netuno: 1989, a influência de Capricórnio, queda do muro de Berlim, processo da Perestroika e da emergência das nações da União Soviética; é o fim das certezas, o fim das tradições, fim das linhas da tradição política. Capricórnio é um signo de política. Quando você pensa em política, você pensa em Capricórnio ou Escorpião. O Brasil tem o meio céu em Escorpião e vai dar uma lição de política para os povos da Amé-

rica Latina inteira. O Brasil é um dos países que se constitui atualmente num laboratório de onde vai sair uma nova concepção de socialismo. Da destruição do Estado, vai nascer uma nova consciência de cidadania, de que o Estado tem que ter um papel diferente, já que tradicionalmente tivemos a tendência a vê-lo como órgão gerenciador da relação entre os grupos sociais. Este papel vai diminuir cada vez mais e vai ser todo repensado....

Então o Brasil do futuro já está aqui...

É, ele está sendo alquimizado. Temos o privilégio de ser brasileiros, de estarmos vivendo num país onde as pessoas já acordaram, em que não basta falar, é preciso fazer. Em que o Estado não pode fazer tudo, o poder precisa ser descentralizado. Urano em Capricórnio é a descentralização do poder, Netuno em Capricórnio é a dissolução dos limites do poder; é o lado da sombra... É a dissolução do poder, do Estado. Em alguns lugares do mundo isto também ocorre, mas está sendo mais sentido pelos brasileiros. É que o Brasil nasceu na conjunção Urano-Netuno.

No primeiro semestre de 1996, Saturno, elemento de estruturação, concretização e racionalidade, de exerce um aspecto positivo com Urano e Netuno, e vai estruturar e dar consistên-

cia ao caminho da transformação...

Bem, então isto é positivo para o Lula...

Eu não sei se o Lula vai se eleger. Por causa dos aspectos tensos que seu mapa natal está recebendo desta conjunção Urano-Netuno, para se eleger, Lula terá de se libertar de hábitos anacrônicos, mudar a estratégia (Marte), inovar para ampliar sua empatia com o conjunto dos brasileiros (Lua), perder o medo de se aferrar a antigas racionalizações e certezas (Saturno).

Estas mudanças que você está prevendo, para 1996, só seriam possíveis com o Lula e o PT... Pelo que você está falando, estaremos no segundo ano do mandato do novo presidente eleito...

Sim, inclusive quando provavelmente já terá sido declarada a moratória. A moratória será declarada em 1995. Não sou deusa, mas em 1995 existem 80% de chances do Brasil declarar a moratória e parar de pagar a dívida externa. Quanto à eleição do Lula, não sei se ele vai se eleger ou sequer se a eleição vai ocorrer.

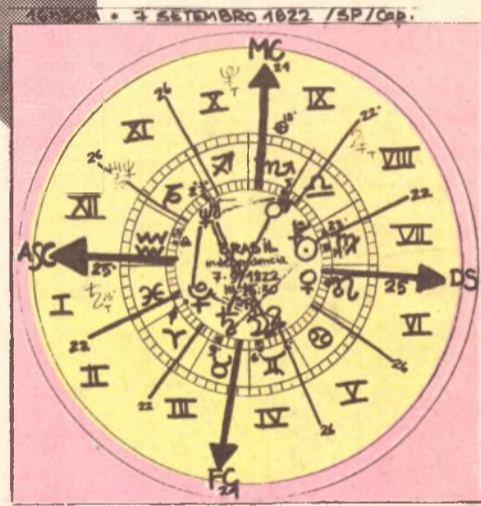
E a revisão constitucional?

Com ou sem revisão, o fato é que há indicações de que algumas reformas serão benéficas para o Brasil, e elas come-

çarão a ser faladas e discutidas em outubro/novembro.

E a questão do golpe? Muitos falam do risco de um golpe militar.

O que tem de real é o seguinte: em novembro de 1993, a figura do presidente da República estará abaladíssima. Plutão é o rei dos infernos. Na mitologia grega ele domina o Hades. Quando ele vem para a Terra, põe um capacete e fica invisível. Ninguém pega, nin-



guém sabe quem é. São as chacinas. Muito bem: Plutão põe seu capacete, fica invisível e vem para Brasília, fica instalado no Planalto. Quem é, quem será? O negócio é com o Itamar. Haverá um evento político, um ataque, um aniquilamento da figura do presidente da República. Como é e quem vai fazer este aniquilamento, eu não sei. Está ligado a Plutão. E a gente já sabe que ele está ligado a poderes ocultos...

Então será algo similar ao que ocorreu com o Jânio?

Não sei. Aliás, no caso do Jânio, não havia poder oculto nenhum. Os militares no Brasil são regidos pela Lua e por Marte, e não são estes os planetas envolvidos em novembro. Eu tenho observado que, quando dá ocorrência de chacinas, Plutão está sempre ativo, ele é sempre ativado. É melhor deixar para as pessoas pensarem... É um poder paralelo, de

grupos organizados que estão aí há muito tempo... Bem, eu acho que a única forma dos brasileiros reagirem a isto será a utilização da lei até dizer chega. Usar todos os recursos da Constituição e organizar e fortalecer a sociedade civil.

Bem, mas e a questão econômica? Ela não pode ser o fator provocador deste confronto? Afinal, viemos de uma história recente de sucessões de crises.

A economia é interessante mas não é o que envolve este confronto decisivo. Eu acho que vamos entrar 94, 95, num período de grande pauperização, as colheitas vão ser escassas, teremos um problema grave na geração de riquezas. Agora, eu tenho certeza que a coisa não vai vir de onde nós estamos esperando...

E a política econômica de Fernando Henrique?

Fernando Henrique Cardoso vai ser o estopim do que vai ocorrer em outubro-novembro. Ele tem um papel histórico neste país. Parece que ele só viveu para chegar onde está agora. Ele mesmo será capaz de se surpreender com o que fará em novembro, que eu também não sei o que é, mas ele vai ser uma espécie de estopim. Talvez vá aglutinar as pessoas em oposição contra o governo central; ou talvez seja fritado no processo e aí então começa o processo de oposição ao governo, que em novembro acabará por acarretar um golpe muito sério, muito importante, na figura do presidente da República. Agora, o Fernando Henrique é um cara que, astrológicamente falando, tem o poder de aglutinar as forças de oposição ao governo.

Mas o Fernando Henrique fica no cargo.

Não, não sei se ele fica, sei que ele é o estopim. Venho acompanhando, vejo a tomada de posse dele lá e acho que ele vai mexer mesmo. Vai mexer na economia e vai mexer de um jeito inesperado.

Esta avaliação é da cientista política ou da astróloga?

Eu estou falando só como astróloga. Até agora só como astróloga. É que o meu linguajar é de cientista política.

Será um pacote econômico?

Não sei, só sei que virão leis. Júpiter está na nona casa, no setor representado pelo poder Legislativo. Virão reformas, novas leis que vão incidir sobre a capacidade de funcionamento econômico da sociedade.

E os outros problemas do Brasil, por que ocorrem? PC Farias, por exemplo.

Acontecem por causa do Plutão, que está no meio do céu. É a tal história: não pegam o PC Farias porque não querem. Tem até um astrólogo, meu amigo, que fez o mapa do PC Farias. Ele tem pacto com o diabo mesmo. Tem um poder de manipulação nos bastidores que é absurdo. Ele é a imagem do brasileiro do Brasil do Gerson... Mas o Brasil mudou, já mudou, e o PC Farias é um símbolo do Brasil velho...



BRASIL AGORA

